

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
DE SERGIPE – FANESE**

MARIA AUXILIADORA LIMA

**A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA:
A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA PAPA
JOÃO PAULO II, EM ARACAJU**

Aracaju

2007

MARIA AUXILIADORA LIMA

**A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA:
A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA PAPA
JOÃO PAULO II, EM ARACAJU**

Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – Fanese, como requisito para obtenção do título de Especialista em Saúde Ocupacional.

MARIA DA GLÓRIA BARRIOS

Aracaju

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Lima, Maria Auxiliadora Lima

A Acessibilidade da Pessoa com Deficiência: a inclusão educacional, na escola Papa João Paulo II, em Aracaju / Maria Auxiliadora Lima. – 2007..

120 f.

Monografia (especialização) – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, 2007.

Orientação: Espec. Maria da Gloria Barrios

1. Inclusão Educacional.
3. Pessoa com Deficiência

2. Acessibilidade
I. Título

CDU 37.014.1 – 056.26

MARIA AUXILIADORA LIMA

**A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA:
A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA PAPA
JOÃO PAULO II, EM ARACAJU**

Monografia apresentada ao Núcleo de
Pós-Graduação e Extensão da Faculdade
de Administração e Negócios de Sergipe
– Fanese, como requisito para obtenção
do título de Especialista em Saúde
Ocupacional.

Aprovada em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA PROFA. ESP. MARIA DA GLÓRIA BARRIOS
Fanese

Nome do Componente
Instituição

Nome do Componente
Instituição

A acessibilidade é um direito, não um privilégio.

William Loughborough

RESUMO

Poderemos dizer que temos escolas acessíveis para a pessoa com deficiência em nosso município? Tomando esta questão como reflexão deste trabalho, iremos analisar a importância da acessibilidade para a pessoa deficiente, seja ela cega, surda, muda, deficiente motora ou múltipla e a maneira pela qual ela irá contribuir para a melhoria da sua auto-estima e da sua condição de cidadão. Discutiremos, inicialmente, quem são essas pessoas especiais, suas leis, suas necessidades e seus direitos. Será mencionada a política atual de educação inclusiva, a diversidade de cidadão. Na pesquisa iremos detectar como a Escola Municipal Papa João Paulo II poderá se colocar na questão da acessibilidade face ao processo de inclusão educacional no município de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: deficiência; educação inclusiva; acessibilidade; Escola Papa João Paulo II; município de Aracaju.

ABSTRACTS

Powers say what we've schools accessible for person with deficiency our county? Taking question I eat reflection you gave I work we shall go analyze the importance from accessibility for person deficient he may be her blind , deaf , mute , deficient motor or multiple & the manner for which they will go add up for improvement of your self - esteem & of your condition of people. Discutiremos initially who são these people special, his laws, his necessities & yours directs. ear said the policy actual of education inclusively, the diversity of citizen research we shall go detect I eat the school Municipal John Paul II, can you if place on question from accessibility, face the I sue of inclusion educational into the County of Aracaju.

KEYWORDS: Deficiency; Accessible; School John Paul II; Country of Aracaju.

LISTA DE TABELAS

1 – Entrada da Escola	47
2 – Secretaria	48
3 – Refeitório	48
4 – Escovódromo	49
5 – Corredor – Área Externa	49
6 – Creche – Berçários	50
7 – Banheiro da Creche	51
8 – Sala de Educação Infantil	52
9 – Sala do Ensino Fundamental	52
10 – Banheiros da Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF)	53
11 – Balcão	56
12 – Área Externa	56
13 – Caminho para a Horta	57
14 – Parque Infantil	58
15 – Estacionamento	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 O que contam de mim: no mundo e no Brasil.....	16
2.1.1 Existem leis para proteção dos meus direitos?.....	20
2.2 O deficiente e sua deficiência.....	22
2.2.1 Tenho deficiência e como você vai me chamar?.....	23
2.2.2 A que se deve o aumento de deficiente?.....	26
2.2.3 Como acontece a educação inclusiva?.....	29
2.2.4 Conhecendo melhor as Normas Técnicas Brasileiras.....	33
2.2.5 O que é acessibilidade e como surgiu o termo?.....	36
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 Tipo de Pesquisa: onde abordar o método e a técnica.....	44
3.2 O Ambiente de Pesquisa.....	45
3.3. Análise dos dados.....	46

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
5 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

A idéia desta pesquisa começou a se formar a partir do momento em que fui convidada para fazer uma visita técnica de observação das condições de acessibilidade para a pessoa deficiente. Em maio de 2007, o Sr. Carlos Azevedo, promotor público do Estado de Sergipe, convidou a representante do Centro de Referência em Educação Especial – CREESE – Lucimar Calasans para fazer uma visita técnica das instalações da nova Escola Municipal Papa João Paulo II, situada no bairro Santa Maria. Sendo eu a especialista no assunto, fui escalada para fazer a visita com ela e, posteriormente, assumir a responsabilidade, tendo em vista que faço parte do quadro técnico do CREESE desde o ano de 2000 e tenho formação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional com especialização em Saúde Ocupacional.

Após a primeira visita, aconteceram vários encontros com a presença do diretor e do promotor público, quando foram realizadas observações dos espaços educacionais, fotografias, realização de conferência das medidas, assim como outras devidas observações e comparações.

Habituada a trabalhar, fazer leituras, estudos sobre adaptações de pessoas deficientes e observações realizadas em outros espaços educacionais estaduais públicos, foi grande o meu interesse para desenvolver este trabalho, com um assunto tão importante e atual, mas com origem no passado.

O Ministério Público tinha a intenção de tornar a unidade de ensino em escola modelo no Estado e, portanto, os aspectos referentes à inclusão precisavam ser contemplados.

A escola está localizada no bairro Santa Maria, local bastante populoso, conhecido pelas suas condições de pobreza, faltando, inclusive, espaço escolar para que crianças e jovens possam aprender e sonhar em um dia conquistar seu trabalho e ter um futuro melhor.

O próprio Ministério Público realizou uma pesquisa no bairro e percebeu que as crianças e jovens se dirigiam a outros bairros à procura do saber, de escola, de conquistar seus sonhos, de uma melhor qualidade de vida para si e seus familiares. Os resultados obtidos motivaram a construção da Escola Municipal João Paulo II junto ao Complexo Educacional Vitória de Santa Maria.

Assim, a escola foi inaugurada em março de 2007, no Complexo Educacional Vitória de Santa Maria, que incorpora também a Escola Estadual Vitória de Santa Maria.

Com a inauguração do complexo, um sonho de uma grande comunidade carente do Estado de Sergipe foi realizado. Para a construção, foi necessário que se fizesse parceria entre os governos federal, estadual, municipal e empresas privadas, como Grupo PCL, Banco do Brasil, Torre Empreendimentos, GBarbosa, Celi Imobiliária, Petrobras, dentre outras. A construção teve o financiamento de valor alto, mas nada importava naquele momento histórico, a não ser transformar um sonho em realidade, pois “um sonho sonhado só é só um sonho. Um sonho sonhado junto pode se transformar em realidade” (Raul Seixas).

Desde a primeira visita realizada, pude observar logo na entrada da escola a beleza e a grandeza da obra contrastando com a pobreza do bairro Santa Maria e todas as áreas, com cores bastante vivas, atraentes e chamativas.

Fiquei bastante surpresa quando a visitei pela primeira vez, pois não esperava tamanha grandeza física em um prédio público.

Atualmente a escola atende alunos com faixa etária de 0 a 10 anos, compreendidos da creche até o ensino fundamental menor.

Com as minhas visitas, fui pouco a pouco percorrendo os lugares, olhando outros, questionando, interrogando, admirando, e finalizei com os seguintes questionamentos:

- Construíram uma nova escola grande e bonita, não é?
- Construíram a escola para que ela fosse modelo da nossa Grande Aracaju, não é?
- Construíram a escola dentro das normas da ABNT, não é?
- Sabemos que a escola nova será transformada em espaço para todos os cidadãos, e a pessoa com alguma deficiência não é cidadão com direitos e deveres?
- Onde fica a democratização da escola e a inclusão educacional?
- E como fica essa escola-modelo quando criança e jovem com necessidades educacionais especiais forem frequentar este espaço educacional e necessitarem utilizar qualquer espaço da escola, fazer parte das atividades intra e extra-sala de aula? Como ficará a acessibilidade da pessoa com alguma deficiência e sua inclusão educacional na escola Municipal João Paulo II?

Foi assim, após visitas e questionamentos interiores, que me encantei para colaborar com as pessoas deficientes, pesquisando para a produção de uma monografia como pré-requisito para a conclusão do curso de especialização Saúde Ocupacional.

Irei fazer um vasto estudo teórico e prático na perspectiva de encontrar resposta para essa pergunta: a Escola Municipal João Paulo II apresenta disposições físicas e arquitetônicas adequadas para incluir no seu sistema educacional alunos com alguma deficiência ou pessoas com necessidades educativas especiais?

Esta pesquisa tem como objetivos: 1) avaliar as necessidades de acessibilidade física e arquitetônica da Escola Municipal João Paulo II para a inclusão educacional da pessoa com necessidades educativas especiais e 2) identificar as barreiras arquitetônicas.

Foram realizadas observações em toda a área escolar, tendo como respaldo minha experiência profissional, de muitos anos, sempre dedicada às pessoas deficientes e no embasamento teórico das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, carta magna em relação à acessibilidade e adaptações de prédios públicos no nosso país.

Através da ABNT encontram-se todas as recomendações necessárias para que a pessoa com deficiência tenha acessibilidade a todos os espaços públicos, inclusive à escola, aumentando sua força de luta, tornando-a um ser eficiente, produtivo, cooperativo e, o mais importante, cidadão.

Na minha convivência com as pessoas deficientes e também acompanhando o caminhar histórico do excepcional, portador, ou da pessoa com necessidades educacionais especiais, pude perceber que sua participação escolar era restrita e, algumas vezes, penosa e atrelada à existência de ter ou não alguém para assumir o deficiente, isto é, para levá-lo aos lugares. Com esta conduta, o deficiente tornava-se uma pessoa dependente, insegura, sem autonomia, dependendo da vontade do outro para circular pelos espaços escolares, esquecendo-se do seu direito de ir e vir através de uma cadeira de rodas, pela rampa, de ir ao banheiro e ver com as mãos, no mapa, onde ele se situa, o que lhe permitiria sentir-se independente e autônomo.

Podemos recordar que em algum momento no passado era possível encontrar a não-participação do deficiente em atividades escolares. Ele era negado porque possuía uma deficiência e a sua condição de ser humano era esquecida.

Em época não muito distante pude presenciar situações em que o professor de educação física dizia para o deficiente motor: “Fica aí que você não pode participar desta atividade de bola, você está numa cadeira de rodas, você não fica em pé”. Observavam-se taxas maiores ou menores de exclusão, de preconceitos estabelecidos pela nossa sociedade, colocando o deficiente fora do espaço educacional, social, derrubando seus sonhos, rebaixando a sua categoria de ser humano, rebaixando a sua auto-estima, autonomia e esquecendo que ele também tem direito à perspectiva de melhor qualidade de vida.

Acreditamos, sim, numa escola nova, mas acreditamos também na garantia e fiscalização dos direitos, elaboração de políticas públicas, adequação das vias e prédios públicos promovendo acessibilidade, na conscientização da nossa comunidade e na esperança de mudança interior das pessoas que lidam direta e indiretamente na promoção de uma sociedade mais justa e democrática; inclusive das pessoas que se dizem fazer parte de um padrão de normalidade.

Com as observações realizadas, percebemos que os planejadores contemplaram a acessibilidade e adaptação da pessoa apresentando deficiência física ou motora, identificada na existência de portas com largura nos padrões da ABNT, banheiros com barras horizontais e verticais próximas dos vasos sanitários, boxes largos; mas esqueceram que a inclusão educacional acontece quando você reconhece todas as pessoas deficientes, aquelas que apresentam deficiências visual, auditiva, mental e motora.

Segundo dados da Associação dos Deficientes Motores de Sergipe – ADM/SE –, existem hoje em Sergipe 44.866 pessoas com limitações. Desse total, o número de pessoas que utilizam cadeira de rodas se resume a 3%. (Correio de Sergipe, 2007).

Acreditamos na possibilidade de realização da pessoa com deficiência e que ela pode e deve fazer parte de todos os espaços sociais. O ser humano, independente da sua condição deficiente, passa por diversas fases da vida, descobrindo e aprendendo coisas novas, tirando proveito do contato com seus semelhantes iguais ou diferentes e dominando o meio onde convive, pois nascemos para aprender, descobrir, dominar e apropriar conhecimentos, garantindo, para isso, a sobrevivência e a inclusão em qualquer meio social.

Sonharemos com um dia em que o deficiente relatará sua escola como um lugar acolhedor, reconhecedor de todos os seus direitos de cidadão, lembrando da sua condição física, motora, sensitiva ou visual, não como empecilho, mas como um desafio a seguir, e ele fazendo parte do processo desta escola nova e real.

Com este trabalho, tentaremos levar a uma discussão sobre como será a acessibilidade da pessoa que por algum motivo apresenta alguma deficiência, possuindo necessidade educacional especial, no ambiente educacional.

Foi utilizado na pesquisa deste tema um vasto referencial bibliográfico, entre livros de várias áreas, como ergonomia, arquitetura, engenharia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, educação especial, assim como revista e pesquisa em sites da internet, além da minha razoável experiência profissional.

Nesta pesquisa irei compartilhar com experiências adquiridas em vários anos de convívio com crianças com necessidades especiais em entidades como Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais – APAE; do Centro de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Junior; Centro de Referência em Educação Especial – CREESE; Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS III; assim como experiência particular da clínica.

Para melhor compreensão do tema “Acessibilidade da Pessoa com Necessidade Educacional Especial e sua inclusão na Escola Municipal Papa João Paulo II”, este trabalho monográfico foi dividido em partes:

- No item 1, encontra-se a Introdução, em que será relatado o que fez este autor escolher esse tema especial.
- No item 2, encontra-se a Revisão de Literatura para a fundamentação do tema e está dividida em títulos: “O que contam de mim no Brasil e no mundo” descreve um pouco da história do deficiente; o título “Tenho deficiência: como você vai me chamar” descreve a nossa história com relação aos deficientes e as leis, assim como “Existem leis para a proteção dos meus direitos?”.
- O título “Conhecendo melhor a ABNT e a Norma 9050” será descrito utilizando como base a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como “Como acontece a educação inclusiva” e os demais títulos, como “O deficiente e sua deficiência”, “A que se deve o aumento de deficiente”, “O que é acessibilidade e como surgiu o termo?”.
- Faz parte do item 3 a Metodologia, onde relataremos o tipo de pesquisa utilizado abordando o método e a técnica empregada, assim como descreveremos o ambiente de pesquisa e análise dos resultados.
- No item 4, Resultados e Discussão, será descrito todo o sentido real desta pesquisa com relação à possibilidade da Escola Municipal Papa João Paulo II se tornar em escola inclusiva.
- Para terminar, no item 5, através da Conclusão, finalizarei a pesquisa.
- Complementando a pesquisa colocarei em anexos: o termo de consentimento livre e esclarecido, a autorização da Secretaria Municipal de Educação, algumas tabelas, ilustração da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), placas sinalizadoras em Braille, pessoa deficiente numa comunidade, escola adaptada na comunidade, símbolos da pessoa deficiente, lista das 100 Escolas Estadual de Aracaju/SE com e sem adaptação, e o referencial bibliográfico que tanto ajudaram na solidificação deste trabalho. É encontrado também como ilustração, fotos de todos os espaços escolar

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O que contam de mim: no mundo e no Brasil

As concepções e atendimentos à pessoa com necessidades especiais variam de acordo com o momento histórico e cultural da humanidade.

Ao longo da trajetória histórica da educação especial, verifica-se um período longo marcado pela segregação e exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas com deficiência.

As atitudes sociais em relação aos deficientes passaram por várias situações no decorrer do tempo. Com Mazzota (1981), poderemos conhecer as seguintes ações resultantes das atitudes sociais assim como o processo evolutivo presente na sociedade de cada época.

Fase denominada de marginalização: esta fase é caracterizada pela ausência de qualquer forma de atendimento organizado na sociedade em relação à pessoa com deficiência. Acreditava-se que a condição de ‘incapacidade, deficiência, invalidez’ seria uma condição imutável, e a sociedade de um lado permanecia omissa com os serviços e, do outro, não se organizava para o atendimento das necessidades individuais específicas dessa população.

Aranha (2001), baseado em autores como Pessoti, Maria Salette, descreve uma época em que os deficientes eram considerados subumanos, abandonados ou eliminados como doentes (apud SILVA, 2001).

Em outra época, com influência da igreja, a deficiência era atribuída ao caráter demoníaco ou divino. Sobre essa época, Silva (2001), citando Aranha, escreve que “se usavam práticas como punições, torturas e diversos tipos de maus-tratos no lidar com essas pessoas”. (p.134).

Fase denominada de assistencialismo: nesta fase, que iniciou no final do século XV, as pessoas ainda acreditavam que os deficientes eram incapacitados como doentes, em situação de desvantagem, não podendo participar ativamente da vida da sociedade, ocupando uma posição de caridade na comunidade, marcada por sentimento filantrópico, paternalista e humanitário.

Anache (1994) descreve que com a influência do advento do cristianismo, os deficientes passaram a ser vistos como pessoas que tinham alma, filhos também de Deus, e não foram mais abandonados, e sim acolhidos por instituições de caridade. Acontecia finalmente uma mudança na vida dessas pessoas, refletindo nas atitudes sociais. As mudanças aconteceram com o surgimento de pessoas na sociedade bondosas, caridosas, com espírito de solidariedade humana, que se sensibilizaram com desejo de proporcionar bem-estar, conforto e proteção aos deficientes que eles chamavam de excepcionais.

De acordo com Silva (2001), ampliaram-se as concepções do deficiente nos séculos XVII e XVIII em todas as áreas do conhecimento, acontecendo como forma de educação do deficiente sua institucionalização em ensino especial.

Fase denominada de educação e reabilitação: nesta fase, iniciada no final do século XIX, as atitudes sociais concretizaram-se em ações voltadas para a organização de serviços e recursos de educação e reabilitação, enfatizando a realização do potencial das pessoas portadoras de deficiência e na integração social. Não se levava em conta a função das limitações, mas, principalmente, da capacidade de desenvolvimento e de mudança do ser humano.

Passa a ocorrer reflexão em cima do potencial do deficiente e sua integração social na realização do ser humano, caracterizando um sentido humanista como uma responsabilidade partilhada, remoção de “rótulos” ou “estigma” e o atendimento do portador em serviços educacionais e de reabilitação.

Só no século XX é que houve uma multiplicação de visões em relação ao deficiente, com a prevalência de vários modelos explicativos: o metafísico, o médico, o educacional, o da determinação social e, mais recentemente, o socioconstrutivista ou sócio-histórico. (Silva, 2001).

No Brasil, a Educação Especial sempre se foi organizando de maneira assistencial, dentro de uma perspectiva segregativa e por segmentação das deficiências.

De acordo com Anache (1994), a primeira preocupação oficial no Brasil, em relação à educação para deficiente, ocorreu em 1835, através de um projeto de lei apresentado pelo deputado federal Cornélio Ferreira França. O ensino era só para crianças cegas e surdas-mudas nas primeiras letras na capital do império e da província. Uma proposta que foi arquivada.

O aprendizado para cego só foi reconhecido na Europa em 1854, através do sistema Braille, método descoberto por Louis Braille (Estúdio LHerzog – comunicação visual e tátil). Com a criação de institutos para cegos e surdos, a educação começou a progredir, pois

mais pessoas começaram a estudar e a se dedicar aos assuntos. Já a educação para os deficientes físicos foi iniciada na Alemanha em 1932. No ano de 1848, os Estados Unidos iniciaram a educação para o deficiente mental.

No Brasil, o primeiro instituto para cegos foi fundado em 1837 e o de surdos, em 1857, no Rio de Janeiro, por meio de decreto imperial.

O século XIX, segundo Silva (2001), indica que ocorreu o aparecimento da responsabilidade pública diante do que seriam as necessidades dos deficientes. Nesse século, destacaram-se os conhecimentos científico-pedagógicos na esfera dos estudos de Pinel, Esquirol e Itard.

Já no século XX, caracterizado pelo início da obrigatoriedade e expansão da escolaridade básica, deu-se a criação da pedagogia diferente para atender às necessidades dos deficientes. Foi o início da evolução significativa para o crescimento da educação do deficiente, com multiplicação da visão a respeito do deficiente e reformas educacionais influenciadas pelo movimento escolanovista.

A partir desse período surgiu a valorização ainda maior aos rótulos e se criaram as escalas de valores quantitativos em que os alunos se tornam divididos, com clientela heterogêneas, necessitando a criação de métodos de ensino diversificados para atender a esse grupo “diferente”.

A história demonstra que foram os médicos os primeiros profissionais que despertaram para a necessidade de escolas para pessoas com deficiências em decorrência das condições desfavoráveis, podemos até dizer desumanas, em que viviam essas pessoas em hospitais psiquiátricos. Dispensando um olhar diferenciado para os deficientes mentais, os médicos deram início a uma luta em prol dessas pessoas. Começaram a estudar e conhecer com grupos de outros profissionais sobre a deficiência. A necessidade do momento levou à criação de instituições ligadas aos hospitais psiquiátricos com classe especial de débeis mentais, capacitação de profissionais que trabalhariam com a nova clientela escolar.

Nesse momento, de acordo com artigo publicado na Revista Inclusão, nº 2 Ano 2 de agosto/2006, conclui-se que a deficiência era entendida como doença crônica e todo atendimento prestado considerava-se terapêutico, em que na avaliação e identificação utilizava-se a ajuda dos exames psicomédicos.

A literatura relata que nas instituições especializadas o trabalho era organizado com terapias individuais (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia), dando pouca ênfase à atividade acadêmica. Em 1932, Helena Antipoff fundou no Brasil a Sociedade

Pestalozzi com o objetivo de viabilizar a melhor adaptação do excepcional, particularmente o deficiente mental na sociedade. Essas crianças ficariam em instituições especializadas num sistema de filantropia, firmando um comodato com o Estado.

Apesar de alguns avanços observados, percebeu-se que a conquista para o crescimento educacional do deficiente caminhou em passos lentos, embora existam alguns marcos históricos e importantes descritos por Anache (1994).

O início da impressão do livro Braille no Brasil e a implantação de cursos de especialização de professores nas diferentes áreas aconteceu em 1946.

As instalações em escola de ensino regular da primeira classe Braille do Estado de São Paulo (caráter experimental) em 1950; oficializada esta classe com o aumento de alunos cegos na Fundação do Livro do Cego do Brasil em 1953; a educação do deficiente foi assumida pelo governo nacionalmente em 1957; a Fundação do Livro do Cego do Brasil (atual Fundação Dorina Nowill) criou o Departamento de Educação Especializado em 1958.

As conquistas dos deficientes sempre foram marcadas por conquistas individuais e sempre aconteceram nos grandes centros.

Anache (1994) relata que a evolução da educação para o deficiente aconteceu a partir do ano de 1957, quando onde foram instituídas campanhas nacionais de educação dos deficientes, campanha para educação do surdo brasileiro, campanhas nacionais de educação e reabilitação dos deficientes visual e mental em 1957, 1960.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 4024, foi um marco para o deficiente, pois o Estado passou a garantir a educação e a integração no ensino regular, assegurando o apoio financeiro às instituições particulares que atendiam esse deficiente (1961). E em 1971, com a LDB 5692 e a nº 9394 de 1996, com a organização da nova LDB (1996), o Brasil passou a ter uma lei que fosse condizente com a Constituição Brasileira, onde se encontram algumas inovações dirigidas à educação especial. Essa nova lei faz surgir em nossa sociedade movimentos de luta para a eliminação dos preconceitos e a integração das pessoas com necessidades especiais em escolas comuns de ensino regular, acontecendo a tão sonhada inclusão social e educacional.

No entanto, essa integração não ocorreu de fato, pois o Estado não viabilizou tal proposta. Diante desta situação, a educação do deficiente permaneceu sob o encargo das instituições particulares subvencionadas pelo governo. O Estado continuava mascarando sua atuação, transferindo sua responsabilidade para as instituições (ANACHE, 1994).

O Conselho Nacional de Educação Especial – Cenesp – foi criado em 1973, destinado ao ensino especial de educação ligado ao Ministério de Educação e Cultura como órgão responsável por todas as atividades educacionais dos deficientes mental, visual, auditivo, múltiplo e superdotado nos seguintes níveis escolares, contribuindo para a integração dessa pessoa na sociedade. Mesmo com a criação do Cenesp, continuava o deficiente sendo desamparado legalmente, pois esse conselho não tinha autonomia suficiente para resolver questões importantes, como número de deficiente nacional, recursos financeiros, atendimento do deficiente por instituições particulares, etc.

Devido a todos os problemas encontrados pelo Cenesp e por não conseguir resolvê-los, foi que o Estado encontrou uma saída e criou em 1986 Coordenadorias para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (ligadas ao gabinete da Presidência da República e à Secretaria de Educação Especial – Sespe –, substituída pelo Cenesp).

Entende-se que cada um de nós possui características e necessidades diferentes, principalmente a pessoa com alguma deficiência, mas é possível acontecer sua realização pessoal e social, tornando-se cidadão ativo, crítico e participativo de uma comunidade, mesmo fazendo parte dela os conceitos pré-estabelecidos como: de beleza, perfeição, inteligência, cor e normalidade. Nossa sociedade não mudou muito e continua alicerçada a valores já bem estabelecidos, como econômicos, políticos, sociais, culturais, étnicos e morais.

Vale a pena lembrar, a título de esclarecimento, que o problema da pessoa com deficiência não é a deficiência em si, mas o tratamento que a mesma recebe por parte da sociedade em face da sua deficiência. Uma pessoa com deficiência assim como outras poderão necessitar de atendimento médico, mas o fato de ser pessoa com deficiência não a faz doente (Gov. Municipal de Cascavel).

No segundo milênio da humanidade, observam-se dificuldades de aceitação do diferente no meio familiar e social; continuamos a tratá-los como deficientes, como seres inferiores, discriminados e colocados à margem do sistema educacional e social. E no terceiro milênio a situação vai continuar a mesma?

2.1.1 Existem leis para proteção dos meus direitos?

Atualmente, na esteira da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948);

Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975); Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999); Primeira Convenção da Deficiência (2006); Carta para a Década de 80 (1980); Carta do terceiro Milênio (2000), o Brasil tem assumido um compromisso com a inclusão educacional das pessoas com necessidades especiais, expresso através de ampla documentação oficial, como a Constituição Nacional (1998); Constituição do Estado de Sergipe (1989); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996); Programa Nacional de Direitos Humanos (1996); Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001); outras de acessibilidades como Lei de Promoção de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência (1998); Lei de Promoção da Acessibilidade ao Portador de Necessidades Especiais ou Mobilidade Reduzida (2000).

A pessoa deficiente tem os mesmos direitos que todas as outras pessoas. Sua própria condição determina outras necessidades que devem ser levadas em consideração, tornando-a incluída no processo social.

Voltando o olhar para trás, lembramo-nos da história de exclusão desse cidadão com características individuais e próprias de cada deficiência e de grupos simpatizantes desta causa, que vem ao longo de décadas lutando para que esses indivíduos tenham assegurado um lugar ao sol, seus direitos básicos de cidadãos neste grande mundo.

Temos a Lei 7405, sobre o símbolo internacional de acesso educacional especial (1985) tornando obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso – SIA – em todos os locais que permitam sua utilização por pessoas com deficiência em locais que possibilitem o acesso, a circulação e a utilização por pessoas portadoras de deficiência.

A Lei 7853 (1989), que trata do apoio e da inclusão da pessoa com deficiência, cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 1989, a Lei 7853 cria a Corde para apoiar a pessoa com necessidade especial e institui a Tutela Jurisdirecional ao Ministério Público.

Com a Lei 8160 (1991) acontece o reconhecimento do símbolo para identificar pessoas portadoras de deficiência auditiva – SIA.

O Decreto nº 914 (1994) institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

O MEC autoriza reprodução pelas editoras de obras em Braille em 1995 através da Lei 9045.

Acontece a Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em 1999 (Decreto Lei 3076).

O atendimento ao portador de necessidade especial foi reconhecido através da Lei 10048 (2000), assim, em 2002, com a Lei 10436, aconteceu o reconhecimento da Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) como uma língua e como meio legal de comunicação e expressão dos deficientes auditivos. O direito do deficiente visual de ingressar e permanecer em ambientes com o cão-guia foi reconhecido através da Lei 11126 (2005).

A despeito dessa ampla legislação, percebe-se, no entanto, que ainda falta muito para conseguir realmente um ambiente escolar acessível para qualquer tipo de deficiência.

Em Sergipe, particularmente em Aracaju, observa-se que de um número de cem escolas estaduais, (vide anexo) apenas 13 escolas estão adaptadas com rampas e banheiros. As adaptações foram realizadas para os deficientes motores ou físicos. Os responsáveis esqueceram que uma pessoa deficiente necessita de muita mais coisa do que ela realmente apresenta. No ambiente escolar é necessário observar e identificar as necessidades de acessibilidade educacional da rede estadual de ensino da cidade de Aracaju (Dados da SEED, 2008).

2.2 O deficiente e sua deficiência

Existem, no nosso meio social, pessoas denominadas deficientes porque apresentam diferença em sua característica pessoal, em decorrência da alteração em algum órgão ou estrutura do seu corpo, podendo ser a simples ausência de um braço, um padrão intelectual reduzido, não conseguir ver bem as coisas ou ouvir, possuir as pernas, mas não conseguir ficar em pé ou se locomover. Assim, definimos “deficiência” como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Acessibilidade, 2006).

A deficiência pode ser do tipo:

- Deficiência sensorial – dividida em visual e auditiva;
- Deficiência mental;
- Deficiência física ou motora;
- Deficiência múltipla.

Considera-se a “pessoa portadora de deficiência” a que se enquadra nas seguintes categorias (Decreto nº 3298 de 20/12/99):

Pessoa com deficiência física possui alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidades congênicas ou adquiridas; a deficiência auditiva possui perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz (redação dada pelo decreto nº 5296 de 2004).

Na deficiência visual acontece cegueira, a qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; o deficiente mental decorre pelo funcionamento intelectual a média, a manifestação deve acontecer antes dos 18 anos e ter limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas; a deficiência múltipla é uma associação de duas ou mais deficiências (Acessibilidade, 2006).

2.2.1 Tenho deficiência e como você vai me chamar?

Realmente tenho alguma deficiência e como é que desejo que me chamem? A pessoa deficiente, na sua trajetória histórica, recebeu vários nomes, vários termos, sempre a depender de cada época, e os significados estavam relacionados com os valores vigentes em cada sociedade.

Podemos entender o termo “pessoas deficientes” pela definição adotada mundialmente pela ONU, referindo-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar para si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais, através da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Organização das Nações Unidas – ONU, 1975. (Município & Acessibilidade, p.17).

O termo “deficiente” popularmente tem uma conotação forte e por muito tempo se tratou de pessoa sem capacidade, sem eficácia. Mas, ao conhecê-la melhor, podemos ver que,

mesmo apresentando uma deficiência, ela é capaz de exercer atividades próprias de qualquer ser humano, como trabalhar, estudar, passear, etc.

Consideram-se termos corretos para tratar das pessoas deficientes, em função de certos valores, conceitos vigentes em cada época social e passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos são substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras.

O Brasil, assim como em todo o mundo, tem tentado levar para a sociedade termos os mais corretos possíveis. Militantes e governantes internacionais debatem temas com a abordagem sobre o deficiente e sua deficiência, na tentativa de diminuir a discriminação, os preconceitos e na esperança futura de uma verdadeira inclusão social.

Descreveremos, a seguir, alguns termos que a pessoa deficiente recebeu no decorrer da sua história, segundo texto descrito pelo autor Sasaki (2005 e 2006).

No começo da história e durante muitos séculos, o deficiente recebeu a denominação de “defeituoso, aleijado e inválido” (inválido – nome que significava “indivíduos sem valor”). Na década de 20, o deficiente era considerado para a família um fardo, sem valor profissional, e para a sociedade, uma pessoa inútil. “Servidor inválido pode voltar” (SASSAKI, 2005.)

Já na década de 60, usava-se o termo de “os incapacitados”, significando indivíduos sem capacidades. No início pensava-se que esses deficientes eram pessoas sem capacidade, mas no decorrer do tempo constataram que existiam deficientes com capacidade reduzida. Com essa descoberta, a sociedade avançou ao reconhecer que o deficiente, mesmo com deficiência qualquer que fosse o tipo, poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Assim bem relata o estudioso: “As guerras produziram incapacitados. Agora os incapacitados exigem reabilitação física” (SASSAKI, 2005).

Até a década de 80 usava-se o nome “o defeituoso”, termo que significa indivíduos com deformidade. “Deficientes” significava pessoas com deficiências físicas, intelectuais, auditivas, visuais e múltiplas. “O excepcional” era um termo utilizado para designar pessoa com deficiência intelectual.

Surgiram, simultaneamente, movimentos em defesa dos direitos das pessoas superdotadas com altas habilidades ou gênios. Essas pessoas também passaram a ser chamadas de “excepcionais”. Os três termos passaram a ser utilizados pela sociedade que focalizava as deficiências e não reforçava as pessoas que não conseguiam executar atividades como a maioria.

A Organização Mundial de Saúde – OMS –, em 1980, lançou a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiência e Incapacidades (mostrando que tudo isso existe simultaneamente em cada pessoa com deficiência).

Com a influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), começou a ser utilizado o termo “pessoa deficiente”. A inclusão da palavra pessoa ao nome deficiente foi uma grande novidade dessa época, em que era possível ver frases como: “Puxa, os deficientes são pessoas?”

O uso do termo “pessoas deficientes” àqueles que tinham deficiência foi atribuído ao valor “pessoas”, igualando seus direitos e dignidade social. A partir dessa época não era aceito mais chamar o deficiente de indivíduo. Depois do Dia Internacional do Deficiente, ele passou a ser reconhecido como pessoa.

Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência não ficaram satisfeitos e contestaram o termo “pessoa deficiente”, achando que a pessoa toda era deficiente.

Na década de 90 passou a ser usado o termo “pessoa portadora de deficiência”, que foi adotado nas Constituições Federal e Estadual e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo da deficiência. Os conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir a terminologia em seus nomes oficiais. Usualmente, como meio de reduzir a palavra escrita, passou a ser utilizado “portadores de deficiência”, termo bastante usado entre 1986 e 1996. Com esse nome surgiram muitas controvérsias de que a pessoa portava a deficiência e, às vezes, não portava, mas o que realmente acontece é que a deficiência existe na pessoa.

Houve época em que o termo “deficiente físico” era utilizado para todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência.

“Depois da década de 90 surgiram as “pessoas com necessidades especiais”. Esse termo substituiu deficiência por “necessidades especiais”, representando apenas um novo termo. E “pessoas especiais” apareceu como forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”.

“Portador de necessidade especial” é decorrente de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica (explicada na Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 2 de 11/9/01 no art. 5º).

Com a Declaração de Salamanca (movimento de educação inclusiva para todos), surgiu o novo termo “necessidades educativas especiais”, que não pegou muito, pois os estudiosos achavam que as necessidades não se educam. Educacional deveria ser relativo à educação, passando ao termo “necessidades educacionais especiais”.

Numa pesquisa do mês de maio de 2002, encontrei um relato que foi apresentado para a sociedade, através do artigo descrito de Frei Betto, no Jornal O Estado de S. Paulo, sobre uma sigla chamada PODE, dedicada aos “portadores de direitos especiais”. Esse termo e a sigla tiveram problemas, pois a palavra “portador” foi questionada por significar a palavra levar, o que não acontece com a deficiência que está sempre presente na pessoa deficiente. O termo “direito especial” é contraditório, pois os deficientes desejam direitos iguais. A palavra não foi aceita como sigla (SASSAKI, 2005).

O termo mais aceito e preferido pela comunidade deficiente tornou-se “pessoas com deficiência”. No Encontro das Organizações de Pessoa com Deficiência, realizado em Recife, em 2000, aconteceu a conclamação pública para adotar este termo. Foi esclarecido que não são “portadores de deficiência” e que não querem ser chamados com tal nome. (SASSAKI, 2005).

Os deficientes do Brasil e do mundo querem ser chamados de pessoas com deficiência em todos os idiomas. Esse termo está sendo utilizado no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado em 13/12/06 pela Assembléia Geral da ONU.

2.2.2 A que se deve o aumento de deficiente?

Cada vez mais no mundo moderno encontramos pessoas com algum tipo de deficiência, temporária ou permanente. As estatísticas demonstram a todo momento o aumento gritante do número de deficientes por escassez de programas mais efetivos, carência e problemas de ordem econômico-social. Pode também ser causado por fatores diversos, como ausência de cuidados na prevenção de acidentes dos mais variados tipos, insuficiência no atendimento de saúde, erros e negligência médica, condições de extrema pobreza, deficiente nutrição, escassez de higiene, contaminação ambiental, assim como acidentes de trânsito e violência urbana.

Em 2007, o Censo Demográfico/IBGE identificou no Brasil 24.600.256 pessoas com alguma deficiência, sendo que 14,4% foram consideradas com dificuldade de ouvir, enxergar, de locomoção ou deficiência mental. Já a OMS inclui nas suas pesquisas de 3% a

5% da população que apresenta altas habilidades/superdotação. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, versão preliminar, 2007).

Em Sergipe os dados do Censo do IBGE (2000) é que temos uma população de 1.784.829 habitantes, sendo que 285.823 de pessoas com necessidades especiais. Na faixa etária de 0 a 17 anos, são iguais a 41.150 (Agência Sergipe de Notícias, 06/08/2007).

Segundo dados da Associação dos Deficientes Motores de Sergipe – ADM/SE –, existem hoje no Estado 44.866 pessoas com limitações. Desse total, o número de pessoas de cadeira de rodas resume-se a 3% (Correio de Sergipe, 22/09/ 2007).

O Centro de Referência em Educação Especial – CREESE –, órgão da Secretaria Estadual de Educação – SEED –, não dispõe de levantamento estatístico por deficiência no Estado. O que ele tem são 5.000 registros (1997 a 2007) de pessoas que procuraram aquele centro com algum tipo de deficiência.

De acordo com a minha experiência profissional no CREESE, em avaliação e diagnóstico desenvolvido nos anos de 2000 a 2007, foi possível encaminhar crianças para instituições e escolas públicas (estimulação, educação infantil e fundamental) com os seguintes diagnósticos médicos: paralisia cerebral, má formação, atraso motor, atraso psicomotor, deformidades ortopédicas, distrofia muscular, epilepsia, déficit cognitivo, de aprendizagem, dificuldade auditiva, visual e múltipla.

Anualmente, em todas as escolas de educação básica do nosso país, é realizado o censo escolar pelo MEC/Inep para acompanhar os indicadores e políticas educacionais.

Na Educação Especial são definidos como indicadores: acesso à educação básica, oferta do atendimento educacional especializado, matrícula na rede pública, acessibilidade nos prédios escolares, inclusão nas classes comuns, número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007).

Podemos constatar um aumento acentuado com relação ao número de escolas, quantidades de alunos inclusos nessas escolas, assim como as escolas adaptadas para as pessoas com deficiência através dos Dados do Censo Escolar da Educação Especial, em que alunos matriculados são de 700.624 (2006), apresentando um aumento de 107% em referência a 1998, e os inclusos em classe comum do ensino regular foram de 325.316 em 2006 (Versão Preliminar da Política Nacional de Educação Especial /MEC/Inep).

Podemos observar estatisticamente o aumento de 146% das matrículas nas escolas públicas (2006) no sistema de inclusão. Apareceram no censo escolar pessoas com baixa

visão, cegueira, surdez (leve/moderado/severo/profundo), surda-cegueira, deficiência mental, deficiência múltipla, a física, assim como condutas típicas, autismo, síndrome de Down e altas habilidades/superdotação.

É perceptiva uma expansão no número de prédios educacionais nos municípios com matrículas para todos, chegando em 54.412 escolas (2006), apontando um crescimento de 730% de escolas que estão divididas em escolas especializadas (2.724), classes especiais (4.325) e escolas com inclusão nas classes comuns (50.259).

Em nosso Estado, de acordo com o Censo do IBGE (2000), a população é de 1.784.829, e a população de pessoas com necessidades especiais é de 285.823 numa faixa etária de 0 a 17 anos. 2.219 alunos estão inclusos no Ensino Fundamental e, destes, apenas 25,6% estão na rede estadual. “Esses dados revelam que o Governo do Estado tem uma participação pequena na educação especial”, diz a secretária adjunta da Educação, professora Maria Hortência Araújo (Jornal Agência Sergipe de Notícias, em 06/08/07).

Observou-se que a acessibilidade arquitetônica em prédios escolares foi respeitada em 6.557 estabelecimentos de ensino, com adaptações nos sanitários numa porcentagem de 14% (1998). Mas em 2006 foram encontradas 54.412 escolas com matrículas de alunos com atendimentos pela educação especial e que possuíam acessibilidade a sanitários num percentual de 23,3%, e existem 16,3% de registros de escolas com dependência e vias adequadas para a pessoa deficiente (Versão Preliminar da Política Nacional de Educação Especial/MEC/Inep).

Através dessa estatística, é possível observar que hoje a pessoa deficiente está sendo mais notada, mas as políticas de apoio a essas pessoas estão andando a passos muito lentos. Em se tratando de acessibilidade, a comunidade educacional ainda não está ciente da importância do acesso para todos, inclusive para os deficientes. No ambiente escolar é notória a existência de pessoas com deficiências sensoriais, motoras, mental, entre outras, cada uma dentro da sua especificidade, necessitando que a escola seja adaptada para elas, em todos os espaços onde se realize a atividade escolar.

É possível considerar hoje uma escola X possuindo acessibilidade para a pessoa deficiente só porque ela tem nas suas instalações banheiro com barras horizontal e vertical e rampa na entrada da escola possibilitando a utilização só para o deficiente físico?

Temos que pensar muito neste assunto – acessibilidade e inclusão social – e tentar mudar a prática dos responsáveis pela educação inclusiva do nosso país, assim como de toda a sociedade.

2.2.3 Como acontece a educação inclusiva?

A educação, de acordo com o dicionário Kogan/Houaiss (1995), é a ação de desenvolver as faculdades psíquicas, intelectuais e morais, o conhecimento e prática dos hábitos sociais; e a inclusão é a ação ou efeito de incluir.

Assim, entende-se a educação como caminho necessário para a inserção de práticas de respeito aos direitos humanos e construção da cidadania na vida diária de cada indivíduo, possibilitando a transformação. É preciso, pois, apropriar-se do processo educativo como meio de formação de uma cultura de respeito à dignidade da vida humana (Fundação Instituto de Direitos Humanos).

No final da década de 60, iniciou-se o movimento de inserção das pessoas portadoras de deficiência em todos os sistemas sociais. (SASSAKI, 1999).

Nos anos 70, aconteceu a institucionalização da educação especial no Brasil com a garantia do acesso do portador de deficiência ao sistema educacional público (Revista Inclusão, 2005).

No início da década de 80, Glat e Pereira (Revista Inclusão, 2005) descrevem que começou a se consolidar no nosso país a filosofia da Integração e Normalização, em que os deficientes teriam o direito de usufruir das condições de vida mais comum ou normal na comunidade onde vivem, participando das atividades sociais, educacionais e de lazer iguais aos demais cidadãos.

Surge então um movimento inclusivo, questionando as políticas anteriores, a organização estrutural escolar (regular e especial), pensando em não deixar ninguém fora da escola, reunindo alunos (com e sem dificuldades), funcionários, professores, pais, diretores, enfim, todas as pessoas envolvidas no processo educacional.

Promover uma educação inclusiva é fundamentar-se nos princípios da universalidade do acesso da educação para todos e na atenção, na diversidade.

A integração e inclusão são termos que expressam situações diferentes de inserção segundo comenta Mantoan. (Ministério da Saúde, 1998).

Com o princípio da normalização, o deficiente passa por uma seleção para a classe comum e o professor, desta sala, não recebe suporte da educação especial. Este aluno terá que demonstrar que é capaz de permanecer na classe comum no processo de inclusão, que é um processo educacional, visando estender ao máximo a capacidade do deficiente na escola e na

classe regular, acontecendo o suporte de serviços da área de educação especial através de profissionais especializados, como terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, assistente social, psicólogo, psicopedagogo, educador físico, psicomotricista e pedagogo.

“A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto”. (Artigo O que é educação inclusiva).

Segundo Werneck (1997), a integração e a inclusão são sistemas de organização de ensino, com semelhanças e diferenças, que têm origem no princípio de normalização (normalizar não é tornar a pessoa normal, mas é atender às suas necessidades e reconhecer o seu direito de ser diferente). (Ministério da Saúde, 1998). A semelhança é que ambas promovem a inserção da pessoa com necessidades especiais. E a diferença é que a integração é a inserção parcialmente.

Para integrar o aluno com necessidade especial é necessário que ocorra sua inserção e a capacidade de se adaptar à escola. Porém, para que ele seja incluso no espaço educacional, é necessário que a sua inserção tenha como foco a particularidade deste aluno com necessidades educacionais especiais, e não só sua deficiência.

Para Mantoan (Ministério da Saúde, 1998), a integração traz consigo a idéia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade para que possa fazer parte dela, de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita. E para a inclusão devem acontecer modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, assim, em um processo de constante dinamismo político social.

A educação inclusiva atualmente tem os desafios com o sistema educacional e foi criada na década de 70. Nos Estados Unidos, iniciou com a lei pública 94.142 de 1975 (Ministério da Saúde, 1998).

A educação especial desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, que todos, independentemente de suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade capaz de responder a todas as suas necessidades. (Educação Especial – Wikipedia).

Diante deste contexto, deseja-se uma educação inclusiva para as pessoas com necessidades especiais, garantindo a todos o acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, respeitando a diversidade humana e aceitando as diferenças individuais de cada pessoa.

A educação inclusiva pode ser vista no artigo da educação segregada como uma nova postura da escola regular em propor um projeto político-pedagógico, um currículo, metodologia, a avaliação e estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e

práticas educativas diferenciadas para o atendimento a todos os alunos. Numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial do MEC-Seesp).

Com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a educação inclusiva ganhou maior força e conhecimento. Ela propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”.

Para a implantação da educação inclusiva, devem-se privilegiar os seguintes aspectos:

- **Um direcionamento para a comunidade** – o processo educativo é um processo social, em que todos os PNEE têm direito à escolarização o mais próximo possível do normal, devendo alcançar a integração do deficiente na comunidade.
- **Vanguarda** – posicionar como a vanguarda do processo educacional (deve ser a líder em relação às demais) e possibilitar a integração das pessoas que fazem parte da escola.
- **Altos padrões** – as altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças; o objetivo é fazer com que o PNEE atinja o seu potencial máximo, sempre levando em conta as necessidades de cada criança.
- **Colaboração e cooperação** – desenvolver as relações sociais entre todos que participam da escola, formando uma rede de auto-ajuda.
- **Mudando papéis e responsabilidades** – mudar os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola.
- **Estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços** – desenvolver na escola inclusiva rede para superação das suas maiores dificuldades, pois ela deve ser integrada à sua comunidade.
- **Parceria com os pais** – parceria essencial da família no processo de inclusão da criança na escola.
- **Ambientes educacionais flexíveis** – visar sempre ao processo ensino-aprendizagem do aluno.
- **Estratégias baseadas em pesquisas** – modificar a escola sempre com a participação da equipe técnica, o aluno, os pais e professores.
- **Estabelecimento de novas formas de avaliação** – criar critérios novos de avaliação atendendo à necessidade da pessoa com necessidades especiais.

- **Acesso** – permitir acessibilidade no espaço escolar aos indivíduos que possuam alguma deficiência.
- **Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica** – dar continuidade aos seus estudos e aprofundamento. (www.asseec.org.br).

Entende-se que mesmo após a Declaração de Salamanca (princípios, políticas e práticas em educação especial) a educação inclusiva anda lentamente, e se fazem presentes paradigmas, despreparo da sociedade para aceitar e receber a diversidade educacional.

A diversidade escolar é fruto da universalização da educação básica evidenciada nas características constituídas das diferentes sociedades e população.

O nosso mundo moderno e tecnológico cada vez mais convive com pessoas com necessidade especial e cada uma apresentando algum tipo de deficiência. E o que devemos fazer?

Existem muitas crianças que devem ser inclusas na escola. Sabemos que todos têm direito de matrícula, direito adquirido por lei, mas só a lei não basta? Entende-se que a inclusão não é um processo rápido e fácil. É um processo que requer preparação adequada, mudanças de atitudes de todos que atuam direta ou indiretamente nesse novo movimento escolar, trabalhando com as diferenças e valorizando as potencialidades de cada pessoa com necessidade especial. E para que a educação inclusiva aconteça, é necessário:

- Que o aluno tenha acesso a todos os espaços escolares (refeitório, sala de aula, sala de apoio pedagógico, biblioteca, teatro, parque, etc.);
- Propiciar espaços de convivência social num convívio com a diversidade;
- Que a comunidade como um todo entenda que o direito da pessoa com necessidade especial é obrigatório e reconhecido;
- Conscientizar os responsáveis e demais envolvidos nesse processo educacional para que tudo aconteça de fato e de direito;
- Avanços com relação aos aspectos técnicos, ações políticas e humanas.

Todos precisam entender sobre escolas inclusivas, descobrir que é um local de todos, com uma educação de qualidade, sem preconceitos.

2.2.4 Conhecendo melhor as Normas Técnicas Brasileiras e a NBR 9050

Para que o cumprimento de referidas leis aconteça, é necessário que se observem as normas contidas na Associação de Normas Técnicas – ABNT, através da NBR 9050, também do Centro Brasileiro de Construção e Equipamentos Escolares – Cebrace. Assim sendo, tendo em conta o objetivo deste estudo, o mesmo será conduzido, tendo por referência as bases citadas.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – é um órgão nacional de normalização técnica, privado, sem fins lucrativos, fundado em 1940 enquanto base necessária ao desenvolvimento tecnológico. Foi reconhecida através da Resolução nº 07 do Conmetro, de 24/08/1992. É afiliada à ISO – International Organization for Standardization ([file:///E:/ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas](file:///E:/ABNT-Associação%20Brasileira%20de%20Normas%20Técnicas)).

A ABNT divide-se em comitês nacionais e entre eles temos o Comitê Brasileiro de Acessibilidade – CB 40. Fizeram parte do comitê pessoas com deficiências, arquitetos, engenheiros, urbanistas, todos atuando como voluntários. A nova norma técnica, atualizada em 2004, passou a se chamar Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências às edificações e espaço, mobiliário e equipamentos urbanos, incorporando definições de acessibilidade, desenho universal, barreiras arquitetônicas ambientais e caracterizando os diferentes tipos de deficiências. Com essa nova norma técnica, surgiram novas adaptações para edificações, contribuindo com o acesso das pessoas deficientes e foram inseridas para o uso público nos âmbitos da educação, saúde, cultura, etc., e a adequação de área comum para circulação de edificações de uso multifamiliar. Essa norma, que tem um amparo legal, serve como um norte para a orientação de arquitetos, engenheiros, planejadores urbanos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, educadores, todos profissionais afins, bem como pessoas que desejem estar a par da acessibilidade, barreiras arquitetônicas, barreiras urbanas, do desenho universal e tornar a nossa comunidade democrática e holística.

A única norma técnica brasileira sobre acessibilidade que se tem notícia foi criada em 1985, intitulada Adequação das Edificações e Mobiliário Urbano à Pessoa Portadora de Deficiência (Município & Acessibilidade, 1998).

Só a sociedade em ação conjunta terá o poder de transformar as leis e normas em realidade.

Na nossa cidade já é possível perceber alguns espaços públicos e privados com sinalizações para acesso do deficiente motor e sensorial.

Recentemente, ao dar entrada no caixa eletrônico de um banco desta cidade, percebi nos seus espaços a instalação de piso tátil sinalizador para a pessoa deficiente sensorial. Então percebi que, aos poucos, a sociedade que não necessita de adaptação vai percebendo e conhecendo as sinalizações, as ajudas técnicas e os direitos do portador de necessidade especial.

Além desses padrões e critérios, utilizaremos também as recomendações do Centro Brasileiro de Construção e Equipamentos Escolares – Cebrace –, criado pelo Decreto nº. 72.532 em 26/07/73 e integrado ao Ministério da Educação e Cultura, dotado de autonomia para planejar, nacionalmente, as instalações físicas e de equipamentos que atendam às especificações dos ensinos de 1º e 2º graus, padronizadas, levando em consideração a diversidade dos fatores social, econômico, geofísico e climático, o intercâmbio internacional das experiências, conhecimentos e inovações dos aspectos pedagógicos, arquitetônicos, tecnológicos e administrativos.

A NBR 9050 hoje tem um amparo legal e está incluída na Lei de Acessibilidade do Portador de Necessidade Educativa Especial, passando a ser integrada à legislação federal e estadual.

“As regulamentações dessa lei, estabelecendo penalidades e a prática de fiscalização de seu cumprimento por parte de órgãos executivos e judiciários, vão favorecer a implantação da acessibilidade em todos os municípios brasileiros.”
([file:///E:/ABRA Normas.htm](file:///E:/ABRA%20Normas.htm))

No âmbito geral, as normas técnicas internacionais têm a competência da ISO (Internacional Standards Organization), que está ligada à Organização das Nações Unidas.

Em abril/2000, por resolução da ISO, aconteceu o reconhecimento de um aspecto fundamental da acessibilidade, do desenho universal, devendo o conceito ser incluído em todas as normas.

Esta norma chamada de NBR 9050, 1994, trata da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. A norma fixa os padrões e critérios que visam propiciar às pessoas portadoras de deficiências condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, atendendo aos preceitos do desenho universal.

A abrangência da norma inclui edificações de uso público destinadas à educação, saúde, cultura, esporte, etc.

Algumas definições consideradas por esta norma:

1- Acessibilidade – possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

2- Barreiras arquitetônicas ambientais – impedimento da acessibilidade, natural ou resultante de implantações arquitetônicas ou urbanísticas.

3- Antropometria – ocupa-se das dimensões e proporções do corpo humano (Ergonomia Prática, 1995).

4- Deficiência visual – deficiência total ou parcial da visão que possa causar insegurança ou desorientação à pessoa.

5- Deficiência auditiva – deficiência total ou parcial da audição que possa causar insegurança ou desorientação à pessoa.

6- Desenho universal – visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométrica e sensorial da população.

E todos nós precisamos de ajuda técnica?

“Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna a vida mais fácil. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna a vida possível”. (GIL. P09).

De acordo com o capítulo VII, art.19 da Acessibilidade, 1998, as ajudas Técnicas são consideradas os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação, da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Os tipos de elementos de ajuda são: produtos, instrumentos, equipamentos, tecnologia adaptados ou especialmente projetados com objetivo de melhorar a função do deficiente ou com mobilidade reduzida e favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

Para promover a acessibilidade em qualquer lugar público ou privado, deve-se atender aos princípios do desenho universal e às normas técnicas de acessibilidade da ABNT através da NBR 9050 (2004) e pelas disposições contidas na legislação estadual, municipal e do Distrito Federal, assim como a legislação específica e as regras contidas no Decreto 5296 – 2/12/2004.

Em geral, todas as pessoas portadoras de deficiência necessitam de algum tipo de ajuda técnica, como:

- **Deficiente físico ou motor e com mobilidade reduzida fazem o uso de:**
 - Cadeira de rodas – propulsora / eletrônica
 - Muletas – Canadense / Axilar
 - Bengala
 - Andador – propulsivo / com rodas(vide anexo)
- **Deficiente Visual:**
 - Bengala
 - Mapa alto relevo
 - Piso alto relevo
- **Deficiente Auditivo:**
 - Aparelho auditivo
 - Mapa sinalizador
 - Piso sinalizador

2.2.5 O que é acessibilidade e como surgiu o termo?

Quando esse termo começou a ser utilizado na área da deficiência, era restrito só ao ambiente que estava construído e designava a eliminação de barreiras arquitetônicas. Era usada a palavra eliminação das barreiras subentendendo-se que seria a eliminação das barreiras arquitetônicas.

“A sensação que as pessoas tinham era muito negativa: a cidade era vista como um lugar perigoso, cheio de armadilhas e obstáculos a serem enfrentados, que requeriam disposição e paciência todo dia”. (www.bengalalegal.com, 19/10/2007).

Vamos conhecer melhor a evolução do conceito de acessibilidade e o que aconteceu nas demais décadas tendo como referencial um artigo do site www.bengalalegal.com.

Na década de 40, a palavra acessibilidade começou a ser usada e sua origem deve-se ao surgimento de serviços de reabilitação física e de profissionais preocupados com o acesso dos deficientes físicos. (Sassaki, 1999). Historicamente a origem do termo para designar a condição de acesso das pessoas deficientes aconteceu nessa década.

Com a década de 50 e após as guerras, surgiram números extremamente altos de pessoas com deficiência, e elas necessitavam ser tratadas e, posteriormente, reinseridas na vida social. Era possível encontrar heróis de guerra que perderam uma perna, a visão ou apresentavam outra seqüela adquirida na luta em defesa da pátria. Eles estavam necessitados e merecedores de consideração, atenção e cuidados. (www.bengalalegal.com).

Ocorreu o surgimento do conceito de reabilitação e de diferentes áreas como a terapia ocupacional, fisioterapia e outros. Nessa época, faziam parte da comunidade adultos reabilitados e integrados na família, no mercado de trabalho e na comunidade.

Os profissionais de reabilitação começaram a ficar inconformados e insatisfeitos com as condições de acesso para os seus pacientes no meio social, pois as barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, edifícios e residências, nos transportes coletivos, dificultavam a ampliação do seu tratamento.

A partir da forma de compreensão da deficiência e de interação com o deficiente ocorreu o surgimento de trabalhos como a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens da OMS. Essa fase da integração permaneceu por 40 anos.

As primeiras experiências de eliminação das barreiras surgiram na década de 40 nas universidades americanas (áreas externas, estacionamento, salas de aula, laboratórios, biblioteca, lanchonetes, etc.). Surgiu o conceito de vida independente, desenvolvido por Ed Roberts e sete companheiros (tetraplégicos e sua locomoção era em cadeira de rodas), na Califórnia, que fundaram o primeiro Centro de Vida Independente a partir de valores e princípios de uma vida independente e acessível para o deficiente. (www.bengalalegal.com).

Na década de 70, com o tempo, o entendimento da questão foi ampliado, graças à prática das organizações das discussões de estudiosos, militantes e pesquisadores que se traduziam em leis, da elaboração de Declarações de Princípios e pela ocupação de espaços na vida social por essas pessoas. (www.bengalalegal.com).

O surgimento do primeiro Centro de Vida Independente (CVI) aconteceu na Califórnia, EUA, junto com a preocupação com a eliminação das barreiras arquitetônicas e a operacionalização das soluções idealizadas. O conceito de vida independente ecoou para todos os lados do planeta dando origem à criação de muitos CVIs. (www.bengalalegal.com).

No Brasil temos pouco mais de 20 CVIs que têm a coordenação do CVI Brasil.

O marco do crescimento aconteceu na década de 80, quando o panorama nacional foi gradativamente mudando. A ONU teve a iniciativa e decretou que o ano de 1981 seria dedicado aos deficientes. Ocorreu sensibilização internacional, com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Impulsionada pelo marco do Ano do Deficiente, a sociedade como um todo se deu conta da existência de deficientes na comunidade e que a cada dia eles estavam aumentando. Com esse alerta internacional, aconteceram mudanças de atitudes para com o deficiente. Foram criadas organizações de pessoas com deficiência. Os direitos foram conquistados. Através de campanhas, pelos meios de comunicação, os deficientes conseguiram fazer soar sua voz e expressar seus desejos e vontades (alertando toda a sociedade para o problema enfrentado pelos deficientes no seu espaço social através das barreiras arquitetônicas). Eles passaram a exigir não só a eliminação das barreiras arquitetônicas dos espaços sociais, mas também pediam que os engenheiros, arquitetos, urbanistas não colocassem elementos obstrutivos nas construções, nos objetos e nos novos projetos, surgindo já na segunda metade dessa década um novo movimento substitutivo da integração que seria a inclusão. (SASSAKI, Conceito de Acessibilidade).

Já na década de 90 os ambientes continuaram sem condições adequadas de acessibilidade, e a pessoa deficiente permaneceu em desvantagem e sua condição de funcionamento (surdez, cegueira ou outra) se agravou, ou até mesmo ficou inviabilizada. (www.bengalalegal.com).

O termo acessibilidade foi ampliado devido à necessidade não só de colocar rampas para o acesso, apesar de este ter sido o primeiro passo. Passou então a refletir sobre o acesso do deficiente a outros espaços públicos, como escola, trabalho, esporte, lazer, etc. Deu-se início a um novo movimento social de inclusão.

Como bem descreve Sasaki, “o paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda em um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

Todos nós que fazemos parte de uma sociedade devemos incorporar os requisitos da acessibilidade, freqüentando os mesmos espaços com dignidade e tranqüilidade.

Devem ser concebidos aos produtos, equipamentos, ambientes e meios de comunicação os princípios regidos pelo Desenho Universal, que recomenda que tudo deve ser utilizado por todos sem necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades.

É o Desenho Universal que estabelece os requisitos de acessibilidade (www.bengalalegal.com). “E, com o advento da fase da inclusão, hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico” (<file:///E:/Acessibilidade.htm>).

As cidades são locais onde acontece troca de convívio humano. Nos espaços moram, trabalham, estudam e circulam as mais diversas necessidades e, por isso, devem ser espaços acessíveis a todos sem distinção ou preconceito.

Todos os cidadãos têm direito de ir e vir nos ambientes da nossa comunidade. Existem espaços públicos e eles só são acessíveis para um padrão idealizado de pessoas, padrão este que exclui as que apresentam alguma deficiência, como motora, sensitiva, etc. O direito de ir e vir para o deficiente não é tão simples. Existem alguns entraves, limitações, contribuindo muitas vezes para a exclusão social do deficiente, como aconteceu no passado, quando pouco se via o deficiente nos espaços da sociedade.

Através da acessibilidade, estão envolvidas todas as atividades normais do cotidiano de todas as pessoas e poderemos entender como:

- Capacidade de ir e vir nos espaços coletivos como lugar de troca entre as diferentes pessoas.
- Acesso à informação com a reprodução do significado da vida através da comunicação sensorial, realizando um sistema de sinalização acessível a todos.
- Acesso de oportunidades, atributo para que todos consigam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades com o trabalho, lazer, cultura, etc.
- Acesso à liberdade de escolha, autonomia, liberdade e individualidade.
- Acesso ao meio físico para acontecer a integração social e espacial das pessoas na sua diversidade.

Deparamos todos os dias com escadas, elevadores inadequados, portas estreitas e os demais que fazem parte de um cenário dito normal em uma cidade e esquecemos que nada mais do que um em cada quatorze brasileiros tem alguma deficiência e continuam sendo excluído do cenário social.

Hoje já podemos perceber a preocupação com essas pessoas deficientes para que elas também façam parte dos espaços sociais através da luta constante da própria comunidade deficiente e um pouco da vontade de alguns poucos políticos para essa causa.

No ano de 1999 o Ministério da Educação publicou uma portaria (número 1679) obrigando as universidades a se adaptarem para garantir o acesso de todos (<file:///E:Acessibilidade.htm>).

E nada mais digno do que podermos iniciar a inserção do deficiente em um ambiente escolar com barreiras diminuídas ou supridas para que essa pessoa permaneça, sintase bem, acolhida, podendo se locomover por todo o ambiente escolar através de espaços acessíveis, porque todos os deficientes apresentam sua singularidade com características e necessidades diferentes. É necessário possibilitar a sua realização pessoal e social, para que se torne um cidadão ativo, crítico e participante da nossa comunidade.

É notório que eles apresentam características diferentes dos demais padrões dominantes da sociedade, mas as soluções de acesso irão beneficiar não só os deficientes, mas todas as pessoas indistintamente.

Por isso a “acessibilidade assume assim um caráter holístico, negando medidas de atendimento exclusivo ou segregadora”. (Município & Acessibilidade, 1998).

Devemos pensar na promoção de medidas para a participação e a integração do portador de necessidade especial no meio social em que está inserido.

A acessibilidade e cidadania são direitos humanos universais que devem se concretizar através de um ambiente democrático. (Município & Acessibilidade, 1998)

A acessibilidade e a inclusão social andam de mãos dadas contribuindo para que o deficiente tenha em todos os espaços, inclusive escolar, uma participação de todas as atividades educacionais, através da acessibilidade de todos os espaços escolares (refeitório, sala de aula, sala de apoio pedagógico, biblioteca, banheiro, etc.), propiciando espaços de convivência social num convívio com a diversidade.

Uma pessoa que, para se locomover, necessita de cadeira de rodas, para conseguir de fato entrar nessa escola, conquistando o seu direito de cidadão, é necessário que o local que ela fará parte esteja adaptado à sua condição de deficiente físico, utilizando como ajuda técnica a cadeira de rodas. É importante estar ciente da lei de acessibilidade e permitir que esse espaço tenha uma boa acessibilidade não só para a matrícula desse aluno deficiente físico. A todo momento as estatísticas apontam para o aumento do grande número de crianças que nascem com cegueira, surdez e outras deficiências.

Acessibilidade diz respeito a locais, produtos ou informações efetivamente disponíveis ao maior número e variedade possível de pessoas independentes de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. Isso requer a eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos

e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formas alternativas. (Acessibilidade, 2006, p.150)

Como se preocupar tanto com a acessibilidade dos portadores de deficiência?

De acordo com a Lei de nº 10690, de 16/06/2003, são consideradas pessoas portadoras de deficiência as previstas pela lei e as que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadram nas categorias de deficiência física, visual, mental, auditiva e outros. (Cap. II, art. 5º) (Acessibilidade, p. 42).

Tornar um lugar acessível nada mais é do que a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, pois tais barreiras muitas vezes acentuam suas limitações, impedindo a expressão de suas habilidades.

Os estudiosos do assunto consideram as barreiras como obstáculos que limitam ou impedem o acesso, a locomoção, a liberdade de movimento, circulação com segurança das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

A todo tempo encontramos barreiras arquitetônicas nas vias públicas, nos espaços públicos, interior dos edifícios públicos e privados, barreiras nas comunicações (impossibilidade de expressão ou reconhecimento de mensagem por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação). Poderemos entender melhor os tipos de barreiras que o deficiente pode encontrar na comunidade através do cap. IX, art. 51 (Acessibilidade, p. 35) e temos:

- Barreiras sociais – barreiras que acabam exilando os portadores de deficiência através de atitudes da sociedade que vão desde a aceitação às características diferentes dessas pessoas até a garantia do acesso ao trabalho, escola, lazer e saúde. “Barreiras sociais assemelham-se a obstáculos físicos. São obstáculos discriminadores capazes de excluir a pessoa com deficiência do convívio coletivo (CORDE, 1998).
- As barreiras físicas ou de acessibilidade podem ser arquitetônica, urbanística ou de transporte.

Nas barreiras arquitetônicas encontramos os obstáculos ao acesso presente nos prédios públicos ou privados assim como na utilização interna desses espaços, como posto de saúde, escolas, moradia, locais de trabalho, etc. Podemos encontrar escadas para chegar a andares, portas e corredores estreitos, elevadores sem sinalização sonora ou alto relevo, banheiros inadaptados, etc.

Com as barreiras urbanísticas os deficientes encontram dificuldades para circular de maneira tranqüila e independente pelas calçadas e ruas da cidade. São os espaços e mobiliários urbanos, sítios históricos e local não edificado de domínio público e privado.

Estão presentes nas vagas inexistentes dos estacionamento, as calçadas são estreitas e com obstáculos, etc. E as barreiras de transporte provocam empecilho ou impedimento pela ausência de adaptações nos meios de transporte particulares ou coletivos, terrestres, marítimos, fluviais ou aéreos. Estão presentes os obstáculos nas estações de parada de ônibus, trens, barcas e aeroportos, através de sinalização normalizada, acessórios especiais, desenhos que facilitem o acesso, ajudas técnicas para deslocamentos do deficiente, etc.

Conhecer as leis da acessibilidade para as pessoas com deficiências é bastante importante. Podemos encontrar no livro que trata da Acessibilidade, 2006, como:

No cap. IX, art.11, trata de assunto relevante à construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público e coletivo, ou a mudança de destinação para esses tipos de edificações, que deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

A existência de obrigatoriedade da colocação do Símbolo Internacional de Acesso – SIA – através da lei 7.405. O símbolo deve ser colocado em local visível ao público e serviços que possibilitem o acesso, circulação de utilidade pelos portadores de necessidades especiais. Ess símbolo está previsto através das normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na lei 7405 – 12/11/85 (Acessibilidade, 2006, p. 49)

Foi realizado um concurso para a escolha do Símbolo Informativo aos Deficientes, lugares acessíveis como espaços de edificações, urbanos, transporte e estacionamento. Participaram a Comissão Internacional de Ajudas Técnicas, Construções e Transporte – Internacional Commission ou Technical Aids, Buildings and Transportaion (ICTA), da Rehabilitation Internacional (RI).

As recomendações técnicas e as proporções recomendadas para o desenho do SIA ficaram a cargo da Rehabilitation Internacional e o símbolo foi criado com o fundo na cor azul escuro e o pictograma branco.

Desde 1985 que o Brasil está utilizando o SIA, tornando obrigatória a sua colocação para o acesso do portador de necessidade especial aos locais e a serviços. (Município & Acessibilidade, 1998).

O decreto 5296 – 2/12/2004, no Art.19 - 1º para a edificação já existente, terá prazo de 30 meses a contar da data da publicação do decreto para garantir acessibilidade ao portador de deficiência ou mobilidade reduzida. (Acessibilidade, 1998, p. 52)

E no Art. 24 – Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade pública ou privada proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade

reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásio e instalação desportiva, laboratório, áreas de lazer e sanitários. (Acessibilidade, 2006, p. 55).

As edificações de uso público e de uso coletivo referidas acima têm o respectivo prazo de 30 e 48 meses a contar da data de publicação do Decreto 5296 – 2/12/2004 para garantir a acessibilidade de que trata este artigo. (Acessibilidade, 2006, p. 55).

O art. 26 trata das edificações de uso público ou de uso coletivo, sendo obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para a orientação de pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. (Acessibilidade, 2006, p. 56).

O decreto lei 5.296 – 2/12/2004 regulamenta a lei 10098 – 19/12/2004 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

O decreto de lei 10.098, no cap. I, art. 2 – contempla a aprovação de projeto de natureza arquitetônica, urbanística, de comunicação e informação de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra quando tenham destinação pública ou coletiva. (Acessibilidade, 2006, p. 41)

Alcançar a acessibilidade evidencia o papel decisivo das políticas públicas nesse processo, salientando que se torna fundamental a promoção da conscientização sobre essa questão. (Acessibilidade, 1998).

O nosso país está muito longe de alcançar um acesso livre e capaz para todos os deficientes com dificuldades motoras, neurológicas, sensorial e outras. Acredito que seja necessária uma tomada de medidas, simples, mas de grande ajuda. Temos uma Norma Técnica específica para ajudar a tornar os espaços escolares, públicos e os demais em condições para a utilização de todos, garantindo a segurança de quem utilizar aquele espaço social.

3. Metodologia

3.1. Tipo de Pesquisa: onde aborda o método e a técnica.

O trabalho foi realizado com a avaliação de uma escola municipal, no bairro Santa Maria, no município de Aracaju. Esta escola atende aproximadamente a 705 alunos classificados entre creche, o ensino infantil até o ensino fundamental numa faixa etária de zero até 10 anos.

Foram realizadas várias visitas técnicas onde foram observadas as condições da escola e suas instalações. Foi utilizada, durante a visita, uma técnica de pesquisa para o trabalho monográfico (a técnica de observação) e o método comparativo, observando-se também as Normas da ABNT.

Através de GIL (1994), pude constatar que a técnica de observação pode assumir várias formas: ela é ao mesmo tempo a mais antiga e a mais moderna das técnicas de pesquisa. É uma técnica das mais utilizadas nas ciências sociais e possui seu valor científico. Esta é uma técnica de coleta de dados, que não consiste em ver ou ouvir, mas deve ser examinados fatos, fenômenos que se deseja estudar. O projeto básico de Técnica de Pesquisa analisa: que a técnica de observação “é um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo como abordagem qualitativa” (Caroline Ramalho, 2007).

A observação é um comportamento natural do ser humano e para muitos se torna como uma atividade de rotina. Nós, enquanto graduados em Terapia Ocupacional, na nossa prática diária utilizamos esta técnica de observação através da avaliação e anamnese. Depois, com os resultados, faremos a interpretação dos dados observados e a correlação adequada do que foi observado para a construção de um plano de atendimento do nosso paciente ou cliente.

Após alguns estudos, foi comprovado que essa ferramenta tão simples poderia ser usada tecnicamente e cientificamente como um meio de análise e captação de dados em uma pesquisa (Caroline Ramalho, 2007)

Através da pesquisa realizada no site w.w.w.prof2000.pt/users/esus/psique/unidade1/métodos/observação.htm, pode-se concluir que a técnica de observação é conhecida como observação naturalista ou descritiva no campo da psicologia, observação etnográfica na antropologia.

O principal instrumento de pesquisa é o investigador ou observador, que realiza um contato direto, freqüente e prolongado no meio social e nos seus contextos.

Através da técnica de observação, foi realizada a observação nas dependências da escola, olhando com cuidado cada parte da escola através dos seguintes meios: realizamos anotações e tiramos fotografias, registrando e recolhendo dados para posteriormente executarmos comparações encontradas dos espaços reais (que é a escola) com os espaços ideais (dentro das normas da ABNT). Tudo se tornou possível através do meu olhar de especialista, do conhecimento das normas da ABNT, através dos padrões definidos pela NBR 9050, das medidas métricas com uma Cinta Métrica (Trena) da marca Vonder de três metros.

Com as anotações adquiridas com esta pesquisa, realizarei descrição do que foi observado assim como colocarei em anexo as fotos de registros de todas as dependências educacionais da Escola Municipal João Paulo II e comentário reflexivo do que foi concluído com esta pesquisa pensando num questionamento: será que a Escola João Paulo II tem condições atuais de receber alunos com alguma deficiência?

3.2 Ambiente de Pesquisa

Nesta pesquisa, serão considerados todos os espaços que pertencem à escola, no intuito de verificar se as Normas da ABNT foram consideradas no momento da construção.

A descrição da observação realizada na Escola Papa João Paulo II foi realizada em todo o espaço educacional em momento de aula. A escola é composta de uma ala administrativa onde existe uma secretaria, uma sala do diretor, uma sala da coordenação e dois banheiros definidos nos sexos masculino e feminino, corredores que levam para as outras alas como: um local de refeitório, um escovódromo, que fica no mesmo ambiente do refeitório, uma cozinha industrial, um lactário, uma lavanderia industrial, creche contendo três berçários, um banheiro grande, área livre coberta e uma sala de atividade. Vizinho à creche

fica uma sala de ludoteca, 12 salas da educação infantil, 12 salas do ensino fundamental, uma sala de vídeo, corredores de área aberta que leva para a horta, área coberta no pátio interno, um parque infantil e estacionamento.

A escola foi inaugurada no ano de 2007 para receber todas as crianças com idade de 0 a 10 anos.

Essa escola municipal foi criada para ser modelo de educação inclusiva de Aracaju, pois uma escola acessível garante o direito dos alunos com deficiência estudarem e desenvolverem atividades como qualquer outra criança. Ela está situada no bairro Santa Maria e custou cerca de R\$ 2 milhões e tem a capacidade para 705 alunos, que foram matriculados no ano de 2007, de acordo com informações da coordenadora pedagógica, Maria da Conceição Cruz Santos, turnos manhã e tarde, existindo uma turma especial de 8 a 12 anos. Atualmente na escola existem três crianças especiais diagnosticadas: um deficiente físico que faz uso de muleta e está na primeira série do ensino fundamental, um deficiente mental leve e um com hiperatividade. Este espaço educacional tem 27 professores de sala de aula, cinco assistentes de creche, 24 funcionários de apoio geral e administrativo e três coordenadores divididos em geral, administrativo e pedagógico. O coordenador geral (diretor) é Cleverton de Almeida Alves; a coordenadora pedagógica é Maria da Conceição Cruz Santos; e a coordenadora administrativa é Rosângela de Melo Dantas Guimarães.

Na creche existem três berçários que comportam 15 crianças em cada quarto; na educação infantil há 12 turmas com 25 crianças por sala e 12 turmas do ensino fundamental (primeira série) com 30 alunos por sala.

3.3 Análise dos Dados

A análise dos dados obtidos na observação da Escola Papa João Paulo II será feita através da observação dos espaços escolares para fazer uma comparação com os dados existentes nas Normas 9050 da ABNT e conseguir chegar a uma conclusão: se essa escola tem condições reais de receber alunos com necessidades educativas especiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas visitas observamos as barreiras encontradas do tipo físico, social e de informações, dificultando ou impedindo que a pessoa com necessidade especial realizasse ações desejadas de forma independente nas diversas atividades educacionais.

A observação foi feita obedecendo ao critério de localização, a partir da entrada da escola até a área externa, passando por outros espaços, conforme vai ser indicado nas tabelas. Será discutido, uma a uma, designando os resultados obtidos em todos os espaços e comparando com o que as Normas da ABNT indicam. Assim, iniciando pela entrada da escola, conforme indica a Tabela 1 logo abaixo vemos que:

Tabela 1: Entrada da Escola

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Símbolo Internacional de Acessibilidade – SIA – não existe	1. Quando instalado na porta, colocar a 1,70 m do piso.
2. Setas indicadoras do sentido de deslocamento – não existem	2. Mapas ou setas indicadores do sentido do deslocamento
3. Portas – 1,57 cm de largura e com duas partes no abrir.	3. Largura de 0,80 cm. Opção abertura em duas partes.

Logo na entrada não são encontrados mapa sinalizador nem pista tátil nem o Símbolo Internacional de Acessibilidade – SAI – indicando para onde vão os corredores já que a escola é bastante grande.

A Tabela 2, que trata da secretaria, está indicada abaixo:

Tabela 2: Secretaria

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Portas – largura de 0,80 cm 2. Maçaneta da Porta – a 1,15 cm do piso 3. Balcão – duas opções de altura com medidas de 79/25 cm. 4. Barra Horizontal (parede)-ausente 5. Banheiros – os dois sexos, sem nenhuma adaptação. 6. Banco de Madeira – sem barra de apoio lateral, tem a largura de 60 cm e 3m e 29 cm de comprimento.	1. Portas – larguras 0,80 cm. 2. Maçanetas a 1,15 do chão 3. Balcão – duas opções de altura e adaptado ao uso 4. Paredes – apresentar barra horizontal 5. Banheiro masculino /feminino – pelo menos um adaptado 6. Banco de madeira – apresentar barra de apoio lateral e ter profundidade mínima de 0,45 m, comprimento de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso.

Neste espaço observei que as larguras das portas estão corretas, mas existe a ausência de barras nas paredes para a locomoção dos deficientes motores, assim como os banheiros sem as adaptações necessárias; o banco de madeira sem barra de apoio nas laterais e as medidas estão inadequadas.

Tabela 3: Refeitório

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Piso – escorregadio 2. Colunas – sem proteção 3. Barras (parede) – ausência 4. Extintor de incêndio e Quadro de Energia – sem proteção e sinalizadores tácteis, alto relevo ou sonoro. 5. Bebedouro – localizado num vão livre do pátio, está a 67 cm do piso, com acionamento de pressão, com uma opção de altura, sem barra de apoio; não existe sinalizador e esbarro. 6. Mapas sinalizadores – ausentes 7. Banco de Madeira – com largura de 6 cm e comprimento de 3 m e 29 cm e 43 cm do piso; não apresenta barras de apoio lateral	1. Antiderrapante 2. Esbarro e piso tátil ou sonoro 3. Possuir barra horizontal 4. Sinalizador sonoro ou tátil 5. Sinalização e esbarro, espaço de acesso deve permitir um vão livre no mínimo 0,80 m, instalado na altura de 0,90 m do piso, acionado através de alavanca, ter duas opções de altura, possuir bacia, bicas e comando, barra de apoio. 6. Indicadores das áreas existentes na escola em auto-relevo. 7. Apresentar barra de apoio lateral e ter profundidade mínima de 0,45m, comprimento de 0,70m e altura de 0,46m do piso.

O refeitório apresenta ausência de piso antiderrapante assim como toda a escola, com presença de colunas sem sinalizadores e esbarro; ausência de barra horizontal para a locomoção da pessoa deficiente por todos os espaços; bancos de madeira espalhados por toda a escola com ausência de apoio e muitos largos; bebedouro com uma só opção de altura com as tomadas expostas sem proteção e alguma em altura inadequada; balcão da merenda com uma só opção de uso, mas com altura superior ao tamanho da clientela; extintor de incêndio e registro de luz sem proteção e sinalizadores (toda a escola).

Tabela 4: Escovódromo

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Bancada – duas alturas diferentes 2. Torneiras – rotatórias	1. Duas alturas diferentes 2. Alavanca ou com sensor

O Escovódromo apresenta uma grande bancada com pias e torneiras em duas alturas, dando condição de adaptação da clientela pelo tamanho, mas as torneiras são do tipo rotatório, de difícil manuseio para a pessoa deficiente.

Tabela 5: Corredor – Área Externa

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Banco – largo e sem apoio lateral com 60 cm de largura, altura de 43 cm do piso e 5 m e 6 cm de comprimento. 2. Barras horizontais (paredes) 3. Piso – escorregadio e sem faixa alto-relevo ou pista tátil. 4. Tomadas – presentes na altura de 1,15 cm do chão e outras a 0,50 cm do piso.	1. Apresentar barra de apoio lateral e ter profundidade mínima de 0,45 m, comprimento de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso. 2. Barras horizontais na parede 3. Não escorregadio, com revestimento uniforme, sem interrupção por degraus ou mudança abrupta de nível. 4. Altura máxima de 1,15 cm e mínima de 0,40 cm do piso.

Os corredores são longos sem a presença de barras de apoio para a locomoção; piso escorregadio sem sinalizadores ou faixa em alto-relevo, pista tátil; as tomadas em altura ideal, mas sem proteção e identificação.

Tabela 6: Creche – Berçários

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Piso – derrapante 2. Barra horizontal (parede) – sem barras 3. Portas com 0,80 cm de largura, ausência de proteção metálica na parte inferior. Sem identificação e sinalizador. Porta da entrada da creche com 79 cm de altura e 160 cm. Abrem em duas bandas. Porta de atividade – com 80 cm de largura. 4. Janelas – de correr, altura superior aos limites de alcance visual de pessoa sentada, comando de trinco sem ser alavanca.	1. Antiderrapante 2. Ter barras 3. Com 0,80 cm de largura, proteção metálica na parte inferior a 0,40 m do piso. 4. De correr, altura de acordo com os limites de alcance visual para pessoa em cadeira de rodas, abrir com um único movimento, empregando mínimo esforço, comando e trincos devem ser do tipo alavanca, comando máximo de 1,15 m e mínimo de 0,40 m.

Esta tabela 6 trata da creche, onde existem os berçários e o banheiro com banheira. As portas do banheiro abrem para dentro, sem proteção de alumínio; maçanetas de todas as portas da escola apresentam trinco sem ser o de alavanca; ausência de sinalizadores e nomes de alto-relevo nas portas (toda a escola) para identificar os espaços para todas as crianças, inclusive as especiais.

Tabela 7: Banheiro da Creche

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Torneiras – rotatórias 2. Sifão (pia) – sem proteção 3. Pia – com comprimento de 2 m e 23 cm e largura de 22,9 cm; suspensa sem colunas, fixada à altura de 80 cm do piso, sifão e tubulação sem dispositivo de proteção, comando da torneira estar a 12 cm da face frontal externa da pia, torneira acionada por movimentos rotatórios, sem barras no lavatório e sem espelho 4. Banheira – registro do tipo rotatória e sem barras 5. Barra Horizontal (parede) – sem barras 6. Piso – lajota 7. Trocador – com 1,60 cm de comprimento e 80 cm de largura; de 87,5 cm do piso 8. Chuveiro – maçaneta rotatória de 1,33 cm do piso 9. Porta – de madeira com 79,5 cm de largura e trinco situado a 1,10 cm do piso, sem proteção inferior metálica. 10. Vaso sanitário – com 35 cm de comprimento do piso, cano que liga ao vaso com 15 cm da parede ao vaso. 11. Papeleira (papel higiênico) – colocado a 48 cm do piso. 12. Descarga – situada a 104 cm do piso.	1. Alavanca 2. Com proteção 3. Ser suspensa sem colunas ou gabinetes, fixada à altura de 0,80 m do piso e respeitando uma altura livre de 0,70 m; sifão e tubulação situados a 0,25 m da face externa frontal e ter dispositivo de proteção; comando da torneira deve estar no máximo a 0,50 m da face externa frontal da pia, torneira acionada por alavanca, barras no lavatório, borda inferior do espelho deve estar a uma altura ideal do piso de 0,90 m e máximo de 1,10 m, inclinação do espelho de 10°. 4. Registro do tipo alavanca, possuir barra horizontal e vertical, barra vertical posicionada na face externa da banheira e fixada a 0,20 m da face externa da banheira com comprimento de 0,90 m; distância das faces externas das barras deve ser e 0,70 m. 5. Ter barras horizontais 6. Piso antiderrapante 7. 8. Registro e ducha colocada à altura máxima de 1,00 m do piso, localizado na parede lateral do banco, acionado por alavanca, desnível máximo de 1,5 cm, portas com vão livre mínimo de 0,80 m, banco com profundidade mínima de 0,45 m instalado à altura de 0,46 m do piso e comprimento mínimo de 0,70 m 9. Porta com 0,80 cm de largura, proteção metálica na parte inferior a 0,40 cm do piso. 10. Tem anteriormente 11. Altura mínima de 40 cm do piso 12. Melhor manuseada se for de pressão do que a de cordão de puxar

Podemos observar na tabela 7 sobre o banheiro, as adaptações existentes e as não, como: torneiras, sifão da pia, pia, banheira, trocador, chuveiro, portas, vaso sanitário, papel higiênico, descarga. Na creche não foi realizada adaptação; vaso sanitário está em tamanho proporcional com as idades; ausência de duchas para facilitar o banho; ausência de barra na banheira da creche; banheira com paredes de mármore bastante altas;

Tabela 8: Sala de Educação Infantil

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Quadro de giz – altura de 97 cm em dois tipos branco e verde fixo na parede 2. Interruptor de luz – localizado na altura para acionamento do adulto. 3. Carteiras – design dificultando acesso do especial, com 32 cm a cadeira de altura e 58 cm a mesa de altura (EI) 4. Piso – derrapante e sem pista tátil 5. Barras parede – ausentes	1. Ter opção de altura 2. Máximo 1,00 m e mínimo de 0,80m 3. Adaptadas à necessidade 4. Antiderrapante, pista tátil 5. Barras horizontais presentes

Tabela 9: Sala do Ensino Fundamental

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Interruptor de luz 2. Carteiras 3. Piso 4. Barras – parede 5. Quadro de giz	• Igual à sala anterior

As tabelas 8 e 9 tratam da sala de aula da educação infantil e ensino fundamental (primeira série), em que as carteiras escolares possuem design inadequado para uso de cadeirante e outros. Provavelmente o tamanho das carteiras não seguiu a antropometria da clientela como recomendam os engenheiros e arquitetos atentos com a necessidade do aluno em se sentirem bem acomodados numa sala de aula; o quadro de giz, com uma altura só, sem ter outra opção de uso; pias em sala de aula com largura maior que o indicado e o tamanho da clientela; estante com prateleiras bastante fundas, dando condição para que o aluno faça de escada para escalar e aconteçam acidentes.

Tabela 10: Banheiros da Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF)

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Portas – com 117 cm de largura, sem proteção metálica, com trinco de pressão, com espaço para manobra de cadeirante, sem barra horizontal na face interna da porta, trinco a 1,10 cm do piso	1. Maçaneta tipo alavanca de 1,00 m do piso, reforço metálico, vão livre de 80 cm de largura, abertura para fora, barra horizontal na face interna da porta do banheiro.
2. Pia – comprimento de 2 m e 23 cm e largura de 22,9 cm; está suspensa sem colunas, fixada a altura de 76 cm do piso, sifão a 31 cm da parede e sem dispositivo de proteção, comando da torneira está a 10 cm da parede, acionada por movimentos rotatórios, sem barras no lavatório e sem espelho	2. Suspensa sem colunas ou gabinetes, altura de 80 cm do piso, altura livre abaixo de 70 cm, sifão e tubulação 25 cm da face externa frontal da pia, proteção da tubulação embaixo da pia, barras de apoio, espelho de 10° de inclinação da parede e a 1,00 cm do piso, torneira a 90 cm do espelho
3. Box do vaso sanitário – porta sanfonada dividida em duas partes com 138 cm, este local é o adaptado, possui área de transferência lateral ao vaso, tem barras nas duas laterais do vaso a 6 cm da parede e comprimento de 50 cm e com vão livre para manobras de cadeira de rodas.	3. Abertura da porta para o lado externo do box ou correr, ter um adaptado, possuir área de transferência de 1,50 m / 1,70 m. Barras nas duas laterais do vaso com 0,80 m entre a face externa das barras, instalar o vaso na menor parede de dimensão. A porta do Box deve ter vão livre de 0,80 m.
4. Chuveiro/ Ducha – localizado numa elevação no banheiro de 37 cm do piso, situada a torneira a 80 cm do piso e o chuveiro comum a 1 m 82 cm do piso; não	4. Registro e ducha colocada à altura máxima de 1,00 m do piso, localizado na parede lateral do banco, acionado por alavanca, desnível máximo de 1,5 cm, portas

existência de ducha e sim chuveiro, sem barras laterais, localizado de lado com um banco de madeira, acionado por torneira rotatória, sem porta banco com 60 cm de largura e 34 cm de altura do piso e 2 m de comprimento.	com vão livre mínimo de 0,80 m, banco com profundidade mínima de 0,45 m instalado à altura de 0,46 do piso e comprimento mínimo de 0,70 m.
5. Vaso Sanitário – com altura de 30 cm do piso, cano da parede ao vaso de 8 cm.	5. Com barras de transferência a 0,75 cm de altura, colocar barras horizontais para apoio e transferência a 0,30 m de altura em relação ao assento e comprimento mínimo de 0,90 m, assento altura de 0,46 m do piso, descarga à altura máxima de 1,00 m do piso e acionado por alavanca, barras horizontais e verticais do solo de 0,46 cm, sifão, altura do chão de 45 cm, colocado na parede de menor dimensão.
6. Papeleira (papel higiênico) – a 28 cm do piso	6. Altura mínima de 40 cm do piso
7. Toalheiro – estar a 40 cm acima da pia. (EI)	7. Altura de 1,00 m
8. Piso – lajota (EI e EF)	8. Antiderrapante
9. Box para banho – situado à altura acima do piso de 37 cm (EI e EF)	9.
10. Descarga – localizada a 1,04 cm do piso.	10.
11. Saboneteira – localizada a 80 cm do piso (EI)	11. Altura de 1,00 m
12. Barra horizontal – ausência fora do box	12. Diâmetro de 3,5 a 4,5 cm a uma distância mínima da parede de 4 cm, apoio tipo fixa ou retrátil.
13. Porta da entrada do banheiro – com 79 cm de largura, sem reforço metálico na parte inferior, com maçaneta na alavanca fixada a 1,10 cm do piso, abertura para fora, com grande espaço de vão livre, sem barra horizontal na face interna da porta. (EF)	13. Porta – maçaneta tipo alavanca de 1,00 m do piso, reforço metálico, vão livre de 80 cm de largura, abertura para fora, barra horizontal face interna da porta do banheiro.
14. Pia – suspensa sem colunas, altura de 76 cm do piso, sifão e tubulação de 31 cm da parede, sem proteção de tubulação embaixo da pia, sem barras de apoio, sem espelho, torneira tipo rotatória a 10 cm da parede e 46	14. Pia – suspensa sem colunas ou gabinetes, altura de 80 cm do piso, altura livre em baixo de 70 cm, sifão e tubulação 25 cm da face externa frontal da pia, proteção da tubulação embaixo da pia, barras de apoio,

cm da frente. (EF)	espelho de 10° de inclinação da parede e a 1,00 cm do piso, torneira tipo alavanca a 90 cm do
15. Box do vaso sanitário – tem grande espaço de vão livre, com duas barras horizontais a 50 cm do piso, maçaneta do tipo alavanca, porta safonada de correr, possui área de transferência lateral ao vaso. (EF)	15. Ter vão livre, medida mínima de 0,80 m, abertura para o lado externo do box, barra horizontal a 0,90 m do piso, maçaneta do tipo alavanca, revestimento resistente na parte inferior da porta até uma altura mínima de 0,40 m do piso. Abertura da porta para o lado externo do box ou correr, ter um adaptado, possuir área de transferência de 1,50 m / 1,70 m,
16. Chuveiro/ Ducha – registro rotatório, sem ducha, localizado na parede lateral ao banco, piso possui uma altura para o local do banho de 37 cm do outro piso, banco com 60 cm de profundidade e comprimento de 2 m. (EF).	16. Chuveiro/ Ducha – registro e ducha colocada à altura máxima de 1,00 m do piso, localizado na parede lateral do banco, acionado por alavanca, desnível máximo de 1,5 cm, portas com vão livre mínimo de 0,80 m, banco com profundidade mínima de 0,45 m instalada à altura de 0,46 m do piso e comprimento mínimo de 0,70 m.
17. Vaso sanitário – no box, vaso com 40 cm de altura, cano de ligação com o vaso com 11 cm de comprimento, com duas barras horizontais de 50 cm de largura e 6 cm de distância da parede, porta safonada com abertura em bandas, descarga à 1,04 cm do piso	17. Barras nas duas laterais do vaso com 0,80 m entre a face externa das barras, instalar o vaso na menor parede de dimensão, porta do box deve ter vão livre de 0,80 m. Com barras de transferência a 0,75 cm de altura, colocar barras horizontais para apoio e transferência a 0,30 m de altura em relação ao assento e comprimento mínimo de 0,90 m, assento altura de 0,46 m do piso, descarga à altura máxima de 1,00 m do piso e acionado por alavanca, barras horizontais e verticais do solo de 0,46 cm, sifão, altura do chão de 45 cm, colocado na parede de menor dimensão.
18. Banco no banheiro – com 60 cm de largura, 2 m de comprimento, altura de 34 cm do piso, encostado na parede, sem barras de apoio. (EI). 61 cm de largura com 45 de altura (EF)	18. Profundidade mínima de 0,45 m e encosto, instalado à altura de 0,46 m do piso, comprimento mínimo de 0,70 m

Podemos observar na tabela 10, que relata a realidade encontrada nos banheiros das salas de aula, que os banheiros foram os únicos espaços adaptados encontrados nesta pesquisa com barras horizontais ao lado do vaso sanitário, portas largas e de correr; em cada

grupo de banheiro a existência de um adaptado na ala do ensino fundamental e da educação infantil.

Tabela 11: Balcão

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Refeitório – alto, sem outra opção. 2. Secretaria – alta, com duas opções	1. Altura de 0,80 m do piso com altura livre mínima de 0,70 do piso, permitir aproximação de cadeira de rodas.

Tabela 12: Área Externa

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Piso – de cimento liso 2. Grelhas – presente e com proteção 3. Desníveis ou soleira – presença na área de horta e próximo do jardim 4. Área mínima para manobra de cadeira de rodas – em alguns lugares fica difícil o acesso em cadeira de rodas, como para horta 5. Calçadas para manobra de cadeira de rodas – estreito para a passagem de pessoa que usa aparelhos ortopédicos	1. Deve ser nivelado o acesso tornando o piso interno uma continuidade do piso externo e livre de obstáculo 2. Sentido transversal e em vão de 1,5 cm 3. Altura máxima de 1,5 cm 4. 1,20/1,20 (girar 90°), 1,20/1,50 m (girar 180°) e 1,50 m (girar 360°) 5. Largura de 1,20 m, revestimento de material firme, estável e não escorregadio, contínuo, não interrompido por degraus ou mudanças abruptas de nível, guia no passeio rebaixado com rampa ligado à faixa de

6. Degraus – presença de degraus em volta dos canteiros que dão acesso à área externa e ao acesso ao parque	travessia.
7. Textura do piso – áspero, sem tiras no cimento	6. Ter faixas de piso com textura diferenciada com mínimo de 0,28 m ocupando toda a largura do degrau
8. Rampa – não existência de rampa em nenhum espaço	7. Com tiras feitas no cimento ou piso antiderrapante
9. Piso – nivelado da rua com a entrada	8. Desnível superior a 1,5 cm, usar rampa, largura mínima deve ser de 1,20 m, garantir faixa de circulação plana, livre e contínua no passeio em frente à rampa de 0,80 m de largura, rebaixamento do passeio.
10. Canteiros jardineiras, espelhos de água – plantas podadas e um espelho d'água a céu aberto com gramas e palmeira imperial podada.	9. Deve ser nivelado o acesso, tornando o piso interno continuidade do piso externo
	10. Cuidados especiais, não adotar plantas de espécie agressiva que avançam sobre a largura mínima necessária à circulação

A Tabela 12 trata da área externa da escola com piso em cimento cru, desníveis no acesso para a horta e para o parque infantil. É possível encontrar pátios cobertos com iluminação inadequada, ficando os espaços escuros na ala da educação fundamental. A área de acesso à horta é de difícil movimentação da cadeira de roda e para pessoa que faz uso de muletas. Neste caso, devemos levar em consideração as medidas em tabelas em anexos.

Tabela 13: Caminho para a horta

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Calçadas – com largura inferior a 1,20 m, estreitas de revestimento sem condição de manobra de cadeira de rodas, espaço interrompido e não contínuo, possui mudanças de nível da calçada de cimento cru, alguns lugares com mudança de nível de 1,5	1. Largura de 1,20 m, revestimento de material firme, estável e não escorregadio, contínuo, não interrompido por degraus ou mudanças abruptas de nível, guia no passeio rebaixado com rampa ligado à faixa de travessia

cm, 2 cm, 20 cm. Encontrado esgoto com buraco a céu aberto	
2. Portão – medida de 1,58 cm de largura, dividido em duas partes	2. Porta com medida de 8 cm de largura

Tabela 14: Parque Infantil

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Portão – com largura de 1,58 cm, dividido em duas partes. 2. Brinquedos – sem condição de uso para a criança especial; tem neste espaço casinha de alvenaria baixa e estreita, escorregador alto com escada em degraus de ferro fino, amarelinha e um labirinto de bloco com passagem estreitas e curtas. 3. Piso – com brigas pequenas e derrapantes 4. Calçada – presença de desnível	1. Portão – largura de 8 cm 2. Ter alguns brinquedos adaptados 3. Ter um local com piso antiderrapante, pista tátil 4. Calçada nivelada ou rampa

Tabela 15: Estacionamento

Local real (Escola) Especificação	Local ideal (ABNT) Especificação
1. Calçada – presença de guia do passeio rebaixado e com impressão nas cores padronizadas do SIA do deficiente físico e visual, revestimento de cimento e com guia no passeio rebaixado com rampa ligado à faixa de travessia 2. Piso – em cimento cru	1. Largura de 1,20 m, revestimento de material firme, estável e não escorregadio, contínuo, não interrompido por degraus ou mudanças abruptas de nível, guia no passeio rebaixado com rampa ligado à faixa de travessia; com rampa e sinalizar do SIA 2. Piso antiderrapante

Nas tabelas 13, 14 e 15 estão comentários da área externa, do caminho para a horta, parque infantil e o estacionamento. Os pátios apresentam desníveis principalmente no caminho para a horta e para o parque infantil; foi observado um esgoto a céu aberto que em alguns momentos fica cheio de água. Para chegar à horta de cadeira de roda o acesso é difícil com locais bastante estreitos e sem condição de manobras do cadeirante, assim como participar das atividades na horta. Neste caso, devemos levar em consideração as medidas necessárias que é bastante importante para a mobilidade do deficiente que faz uso de cadeira de rodas ou muleta. (tabelas em anexo.) O estacionamento possui calçadas sinalizadas com símbolos (deficiente físico e visual), pintado no chão, nas cores padronizadas do SIA; na calçada há a presença de guia rebaixada e com saída para a avenida do bairro; o piso é de cimento crego. Podemos ver em anexo os símbolos utilizados pela pessoa deficiente assim como seu desenho.

5 CONCLUSÃO

Com a pesquisa realizada na Escola Municipal Papa João Paulo II, pude constatar que é possível existir a acessibilidade da pessoa com necessidades educativas especiais, mas será necessária uma sensibilização por parte do corpo administrativo da escola no intuito de alertar os moradores do bairro Santa Maria para a necessidade de colocação de aluno especial para estudar no seu bairro, na sua comunidade e que a escola esteja aberta para a inclusão educacional e social.

A escola já irá fazer um ano de funcionamento em março e até agora só recebeu três alunos especiais. Serão necessários também investimentos e boa vontade para tornar esse espaço educacional em perfeita condição de acessibilidade para todos.

É importante também a solicitação de capacitação para os professores já que essa ação é possível com a existência do Centro de Referência em Educação Especial – CREESE –, órgão ligado à Secretaria de Educação com competência no Estado de Sergipe em condição para exercer muito bem esse trabalho de avaliação da pessoa especial e de capacitação do quadro de professores, já que eles não estão preparados para receber alunos com qualquer tipo de deficiência.

Todos precisam entender a pessoa com deficiência, conhecer seus direitos, deveres e suas necessidades de cidadãos. Devemos conhecer as normas estabelecidas pela NBR 9050 da ABNT com relação ao mobiliário, espaço físico e arquitetônico.

Acredito e concluo que essa escola que tem um espaço físico tão amplo poderá futuramente se tornar um espaço acessível, e tudo só será possível contando com ajuda de todos aqueles que persistem na luta em prol de dias melhores para a pessoa especial.

Encontramos, sim, adaptações nessa escola, mas só estão contidas no banheiro, local de uso exclusivo para a pessoa com deficiência física. Na nossa sociedade encontramos 20% de pessoas com vários tipos de deficiências. É necessário que os espaços dessa escola contemplem também pessoas com outras deficiências, como o aluno deficiente visual, auditivo e os outros.

Já é possível encontrar nos dias de hoje leis de acessibilidade, leis de legitimidade da pessoa com alguma deficiência, mas na nossa realidade parece ser apenas possível

encontrar espaços públicos exclusivos para criança sem problemas, pois na idealização de projetos escolares não se pensou até agora em contemplar todas as pessoas, inclusive a deficiente. Será que continuaremos errando com esse nosso semelhante e ele continuará pagando esse preço alto sendo excluído do processo educacional?

Acredito que este trabalho monográfico será de muita colaboração e ajuda para que futuramente eu possa olhar para essa escola e ficar feliz com a inclusão e que a pessoa deficiente consiga sensibilizar o corpo educacional, os órgãos públicos, como o Ministério Público.

Que num futuro próximo a Escola Municipal Papa João Paulo II encontre caminhos para se tornar um espaço inclusivo através de ação conjunta com os moradores do bairro Santa Maria e as pessoas com necessidades educativas especiais, exercendo a tão sonhada inclusão social.

Através dos resultados demonstrados, é esperada uma ação conjunta dos responsáveis pela educação municipal e estadual assim como o apoio dos órgãos públicos viabilizem a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência, pois “Os danos causados à vida destes cidadãos são ainda maiores, visto que, por estarem impedidos de um convívio sociocultural, se submetem a segregações e discriminações.” (Folha Universal, 23/12/2007)

“Um sonho sonhado só é só um sonho, mas um sonho sonhado junto pode se tornar em realidade” (Raul Seixas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- **Adaptações de ocupações e o emprego do portador de deficiência.** Brasília, 1997.
- ANACHE, Alexandra A. **Educação & Deficiência.** Campo Grande, Divisão de Produção Gráfica da UFMS 1994.
- ARAÚJO, M. da G. **Assistência à saúde do portador de deficiência mental: análise da preparação do psicólogo.** Monografia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2003.
- ARAUJO, R.M.E. **Mobiliário escolar acessível e tecnologia apropriada.** Instituto Helena Antipoff e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
- CANZIANI, M. L. **Escola para todos: Como você deve comporta-se diante de um educando portador de deficiência.** 3. ed. Brasília: Corde, 1997.
- COMISSÃO COORDENADORA DISTRITAL DE LISBOA DO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE. **Escola para Todos: Como você deve comporta-se diante de um educando portador de deficiência.** Adaptação de Maria de Lourdes Canziani, 3. ed. Brasília: CORDE, 1997.
- CUIDANDO DA ACESSIBILIDADE EM PREDIOS PUBLICOS. Belo Horizonte. 2004
- DUL, J e WEERDMEESTER, B. **Ergonomia Prática.** S. Paulo, Editor Edgard Blucher Ltda 1995.
- entreduesterras.blogspot.com/2006/01/tecnica-da-observacao-participante.html. Acesso em: 08 dez. 2007.
- file://E: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas _arquivos m3.htm. Acesso em: 19 out. 2007.
- file://E:ABRA Normas.htm. Acesso em: 19 out. 2007.
- GLAT, R. e FERNANDES, E. M. **Da educação segregadora à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação brasileira.** Faculdade de Educação/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Artigo publicado na revista Inclusão 1. n., MEC/SEESP, 2005.
- GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Editora Atlas S.A. S.Paulo, 1994
- HECK, A. **O Brasil é um país de deficientes.** Núcleo de Informação da Pessoa Portadora de Deficiência
- <http://www.acessobrasil.org.br>. Acesso em 01 ago.2007
- <http://cidadedobrasil.com.br>. Mobiliário escolar, junho/2005
- **Impactos da Declaração de Salamanca nos Estados Brasileiros.** Brasília, 2006.
- JORNAL CORREIO DE SERGIPE. Aracaju, 22 set.nº 2000, 2007

- JORNAL FOLHA UNIVERSAL. Aracaju 23 de dezembro de 2007 edição 820
- LIDA Itiro. **Projeto e Produção**. Editor Edgard Blucher Ltda S.Paulo, 1995.
- LIMA, Maria Auxiliadora. **A atividade lúdica da criança deficiente física na fase pré-escolar**. Monografia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 1998.
- MARTIN, Miguel C. **Incapacidade Motora: orientações para adaptar a escola** Porto Alegre : Artmed,2004
- MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de educação especial**. S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1981.
- MERCADANTE, A. **Direitos do cidadão especial**. Brasília, Senado Federal. 2004.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, setembro de 2007.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Corde. **Municípios & Acessibilidade**, 1998.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Direito à educação necessidades educacionais: subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro**. Brasília-DF: SEESP, 2004.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**: 1. ed. Brasília: SEESP, 2005.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Fundação Pedro Jorge de Melo Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**, 2. ed. revisada e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- MORO A. R. P. **Ergonomia da sala de aula: constrangimentos posturais impostos pelo mobiliário escolar**. Revista Digital. Buenos Aires, ano 10, nº 85.2005.
- MOURA, Pedro W.B. **Revista a turma do Duda :uma galera especial**. Prefeitura da Cidade de Aracaju, Sergipe, 1998
- OLIVEIRA, S.G. **Os principais obstáculos para a ,integração dos P.N.E.Esp na escola da rede publica estadual da cidade de passo fundo**.Revista do Centro de Educação ,nº27.2005
- **Paralisia Cerebral: aspectos práticos**. S. Paulo: Memnon, 1998.
- portal.Prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiência_mobilidade_reduzida/programas/004-coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a7.htm. Acesso em: 16 ago. 2007.
- RAINDO, P. de C. **Acessibilidade: Uma forma de violência no trabalho**.
- RAMALHO, Caroline. **Observação: uma técnica rica**. Publicado em 23 out. 2007 em Saúde e Beleza.

- REVISTA A TURMA DA MÔNICA. **Acessibilidade**. Editora Mauricio de Souza. e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Educação. Governo Federal. S.Paulo, 2006
- REVISTA SESINHO. **Somos todos iguais**. Serviço Social da Indústria – SESI.nº59 , Ano 5.Brasília
- REVISTA SESINHO. **Todos pela educação**. Serviço Social da Indústria – SESI, nº 63, Ano 6. Brasília
- REVISTA TURMA DO BAIRRO: **Ajudando a construir a cidadania**. S. Paulo: Sorri Brasil, 2003. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Corde. Brasília, DF.
- SASSAKI, Romeu. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?**S.Paulo, 2005.
- SASSAKI, Romeu. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. S.Paulo, 2006.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS, **Cuidando da acessibilidade em prédios escolares**, Belo Horizonte, 2004.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO E LAZER. **Fundamentos teóricos para educação especial**. Aracaju, Sergipe. 2000.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, Presidência da República. **Acessibilidade**, 2006.
- SIAULYS, Mara Olímpia de Campos. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- SILVA. Nara Lima P., DESSEN, Maria Auxiliadora. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Campus Universitário.
- SOUSA, Ricardo. A.C. e LASCIO, Giovanna R.M. **Projeto barreiras arquitetônicas: a arquitetura voltada para os deficientes**
- www.carpediem.org.br/artigos13.asp. Débora Diniz..**Artigos:Quem é deficiente no Brasil?** Jornal de Brasília de 08/de junho- Brasília, 2004
- www.acessibilidade.net/trabalho:Mobiliario Escolar Acessível e Tecnologia Apropriada elaborada por Renata Mattos E. de Araújo. Acesso em: 16 ago. 2007.
- www.agencia.se.gov.br Agencia Sergipe de Noticias-ASN de 06/08/07. Acesso em: 15 set. 2007.
- www.bengalalegal.com/martagil.php. Acesso em: 19 out. 2007. Artigo: A Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver
- www.bengalalegal.com/acessibilidade. Conceito de acessibilidade de Romeu K.Sasaki.2006 Acesso em: 19 out. 2007.
- www.braille.com.br/historialouisbraille.htm. Acesso em: 02 set. 2007.

- www.braille.com.br/produtos/placas/18.jpg. Acesso em 02 set.2007
- www.geocities.com/soho/atrium/6600/abnt/abnt9050.htm?200717. Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano a pessoa deficiente Acesso em 17 ago.2007
- www.senado.gov.br/legislacao/DEcreto nº72.532, de 26 de junho de 1973. Acesso em: 17 ago. 2007
- www.wgate.com.br/fisioweb. Trabalho realizado por Gleisson Ribeiro Dutra Publicado em 04/04/2006. Acesso em 12 dez.2007. .
- www.scielo.br. Caderno de Pesquisa- A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Acesso em 24 ago. 2007
- <http://www.acessobrasil.org.br>. O que é acessibilidade -Acesso em 01 ago. 2007
- www.cascavel.pr.gov.br/cartilhapessoacomdeficiencia.htm. Pessoa com deficiência: Reformulando conceitos e valores/Enio Rodrigues da Rosa, Maria Filomena Cardoso André,Nelson Cabral – Cascavel:Governo Municipal,2003

ANEXOS





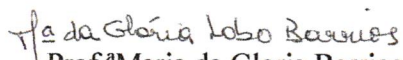
Uma galera especial

DOBTADODES DE NECESSIDADES
**PESSOAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS**

Fonte: Revista A turma do Duda: uma galera especial

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Maria Auxiliadora Lima, aluna do Curso de Especialização em Saúde Ocupacional pela Faculdade de Administração e Negócios - FANESE / Aju, estou realizando uma pesquisa intitulada: A acessibilidade do PNEEsp e a inclusão educacional na escola Municipal João Paulo II em Aracaju/SE. Este trabalho possui fins acadêmicos tendo como produto final uma monografia. O presente estudo tem como objetivo avaliar as necessidades de acessibilidade física e arquitetônica da Escola João Paulo II para a inclusão educacional do portador de necessidades especiais. Como procedimento metodológico, será utilizada observações. A partir da análise dos significados do processo de supervisão a pesquisa poderá servir para a socialização do conhecimento sobre a relevância da supervisão em saúde do trabalhador assim como para o reconhecimento deste processo. Os riscos para os sujeitos são mínimos e o pesquisador seguirá o item V.3 da resolução 196/96 do CNS na qual o pesquisador é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano a saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüentemente a mesmo não previsto no termo de consentimento.


Prof.^a Maria da Glória Barrios
Pesquisador Responsável

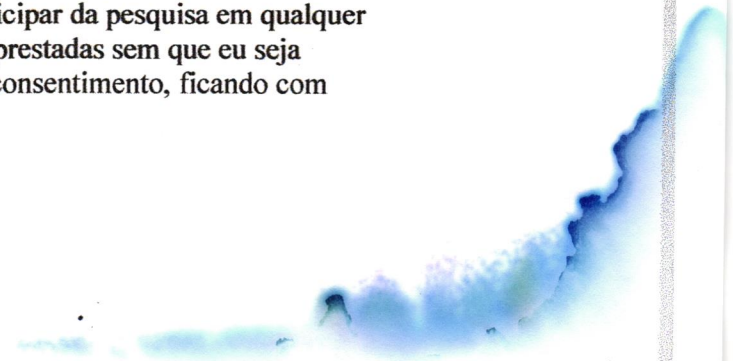

Maria Auxiliadora Lima
Pesquisador Participante

TERMO

Considero que fui esclarecido (a) sobre a pesquisa em estudo "A acessibilidade do PNEEsp e a inclusão educacional na Escola Municipal João Paulo II em Aracaju/SE" e seu respectivo objetivo, sendo esta coleta de dados designada para fins acadêmicos na construção da monografia de conclusão de curso da discente **Maria Auxiliadora Lima**.

Informo o meu consentimento em participar da pesquisa. Fui devidamente informado acerca do tema, objetivo, risco e benefícios da pesquisa, bem como do sigilo da minha identidade e utilização de informações prestadas por mim apenas para o propósito deste estudo. Estou também ciente que poderei desistir de participar da pesquisa em qualquer fase da mesma, com exclusão das informações por mim prestadas sem que eu seja submetido a qualquer penalização. Assino este termo de consentimento, ficando com uma cópia do mesmo.

Aracaju, _____ de setembro de 2007



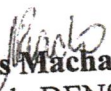
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO

Ofício nº. 347/2007.
Ref. SEMED/DENSI
Aracaju, 08 de outubro de 2007.

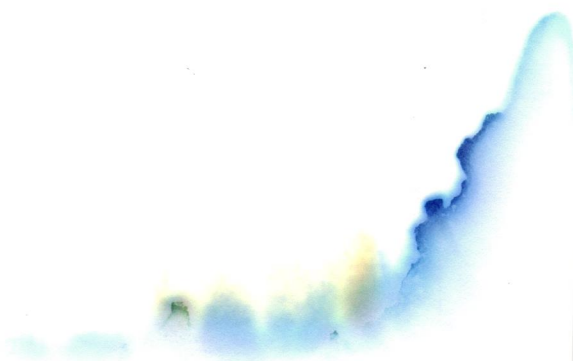
Senhor Coordenador:

Estamos pelo presente autorizando a acadêmica **Maria Auxiliadora Lima** aluna do Curso de Especialização Ocupacional da **Faculdade de Administração e Negócios - FANESE**, para realizar Pesquisa nesta Unidade de Ensino. Informamos que a aluna está se comprometendo, junto a esta Secretaria, a apresentar cópia do relatório no final da pesquisa.

Atenciosamente,


Niraildes Machado Prado,
Diretora da DENSI.

Ilmo. Sr.
Cleverton de Almeida Alves,
Coordenador da EMEF Papa João Paulo II.



**A-DESCRIÇÃO DAS NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE
DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA**
(Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência, 2001)

Cadeira de Roda

- Para a utilização de uma cadeira de rodas é necessário antes conhecer este aparelho de tanta utilidade para a locomoção do deficiente físico ou motor que ajuda na sua locomoção.
- Todas as cadeiras têm suas dimensões padrões. Conhecer suas medidas é importante para que o deficiente tenha acesso a todos os espaços sociais sem constrangimento de não conseguir ir e vir nas edificações públicas e particulares.

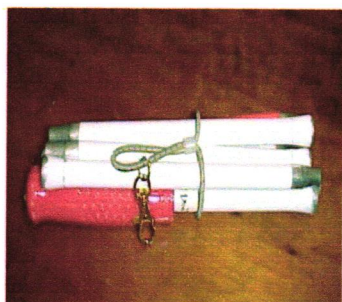
Dimensões de cadeira de rodas

- Comprimento 1,05 a 1,20 m
- Largura total quando aberta – 0,65 a 0,80 m
- Altura do piso ao assento – 0,49 a 0,55 m
- Altura do piso ao braço da cadeira – 0,72 a 0,78 m
- Altura total – 0,90 a 1,05 m
- Largura total fechada – 0,29 a 0,30 m

Para Muletas

Existem vários tipos de ajudas técnicas para a locomoção de pessoa com mobilidade reduzida ou deficiência motora.

- Bengala
- Muleta Canadense
- Muleta Axilar
- Andador com rodas
- Apoio de Tripé
- Bengala para o D.V.
- Guia – cão para o D.V.



Para todas as ajudas técnicas deve ser levado em conta o aparelho, quem está usando e o lugar do uso.

Na **tabela 1** podemos ver as medidas recomendadas pela NBR9050 para a utilização dos espaços com os aparelhos ortopédicos utilizados por pessoas com dificuldade de mobilidade, podendo ser deficiente motor ou sensorial.

Tipo	Medidas (espaços utilizados)
Bengala	0,75 m
Duas bengalas	0,90 m
Muletas tipo canadense	0,90 m
Muleta axilar	0,95 m
Andador rígido	0,80 m
Andador com rodas	0,85 m
Apoio de tripé	0,90 m
Bengala p/ DV	1,50 m
Cão-guia	0,80 m

Tabela 1

ÁREA DE CIRCULAÇÃO DA CADEIRA EM LINHA RETA

Devem ser dimensionadas, assegurando-se uma faixa de circulação livre de barreiras ou obstáculos. Veja na **tabela 2** as dimensões necessárias:

Circulação	Largura Mínima	Local
Uma cadeira	0,80 m	Porta/obstáculo fixo
Uma cadeira/uma pessoa	1,20 m	Mesmo
Duas cadeiras	1,50 m	Mesmo

Tabela 2

MANOBRAS DE ROTAÇÃO SEM DESLOCAMENTO

Área Mínima	Rotação
1,20 m / 1,20 m	90 °
1,50 m / 1,20 m	180°
Equivalente a 1 círculo de 1,50 m	360°

Tabela 3

ÁREA DE TRANSFERÊNCIA E APROXIMAÇÃO

Transposição de pessoa para o vaso sanitário:

Local	Área Transferência
Vaso sanitário	Frontal e lateral
Chuveiro	Lateral ao banco
Banheiro	Lateral
Lavatório (pia)	Aproximação frontal

Tabela 4

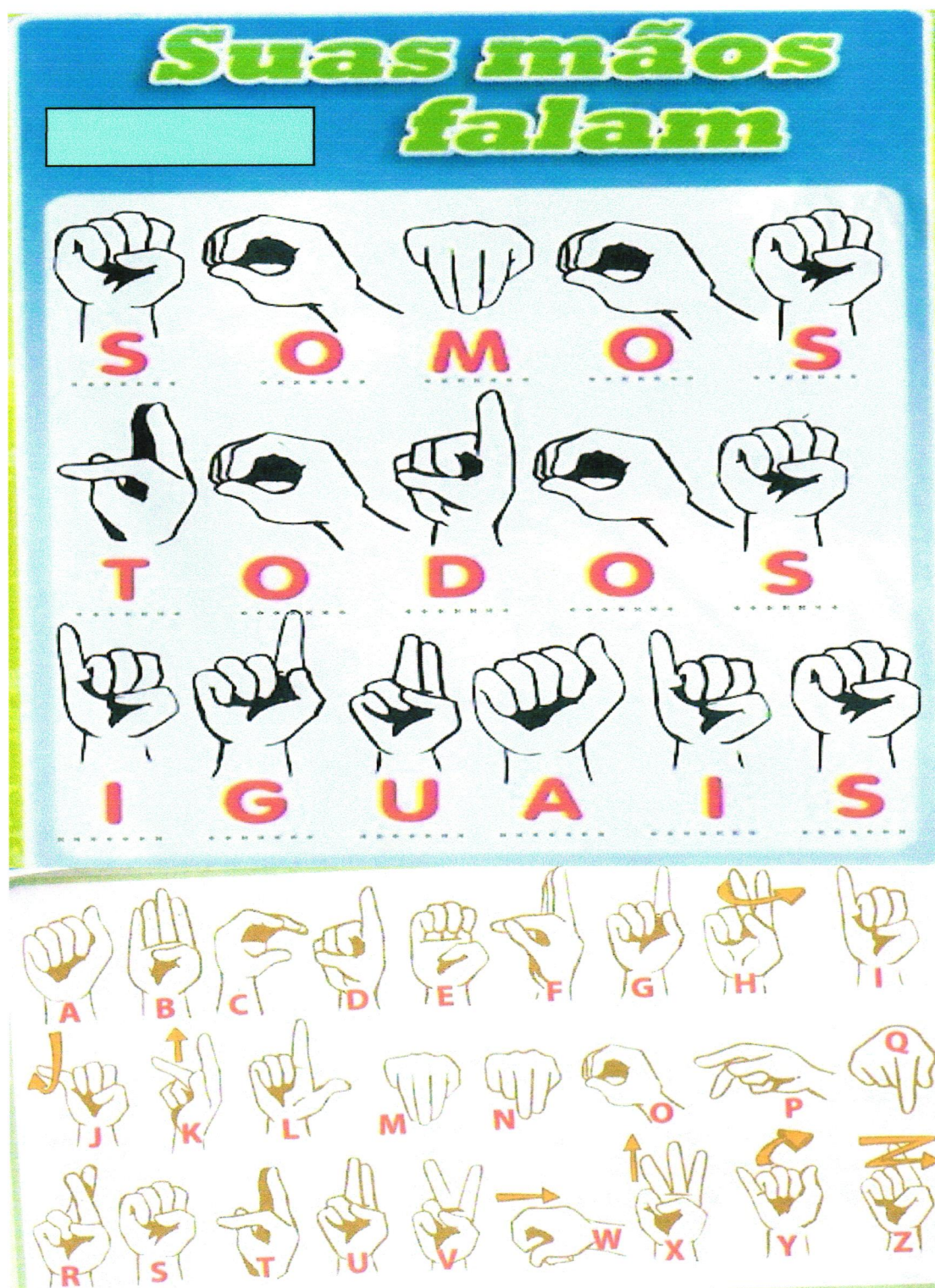


Ilustração B

Alfabeto de Sinais - Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS
Usado pela pessoa surda-muda

C -CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Na tabela 1 podemos ver as medidas recomendadas pela NBR9050 para a utilização dos espaços com os aparelhos ortopédicos utilizados por pessoas com dificuldade de mobilidade, podendo ser deficiente motor ou sensorial.

Tipo	Medidas (espaços utilizados)
Bengala	0,75 m
Duas bengalas	0,90 m
Muletas tipo canadense	0,90 m
Muleta axilar	0,95 m
Andador rígido	0,80 m
Andador com rodas	0,85 m
Apoio de tripé	0,90 m
Bengala p/ DV	1,50 m
Cão-guia	0,80 m

Tabela 1

ÁREA DE CIRCULAÇÃO DA CADEIRA EM LINHA RETA

Devem ser dimensionadas, assegurando-se uma faixa de circulação livre de barreiras ou obstáculos. Veja na **tabela 2** as dimensões necessárias:

Circulação	Largura Mínima	Local
Uma cadeira	0,80 m	Porta/obstáculo fixo
Uma cadeira/uma pessoa	1,20 m	Mesmo
Duas cadeiras	1,50 m	Mesmo

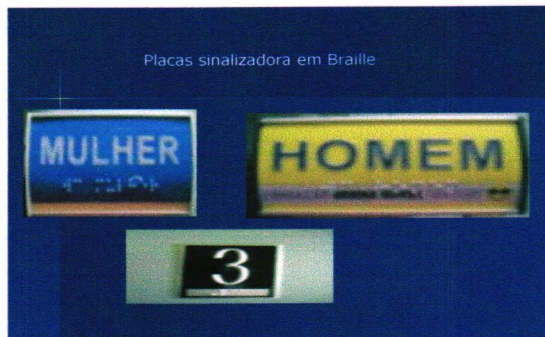
Tabela 2

MANOBRAS DE ROTAÇÃO SEM DESLOCAMENTO

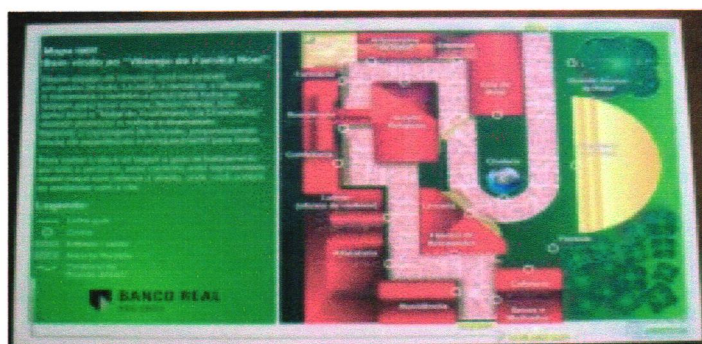
Área Mínima	Rotação
1,20 m / 1,20 m	90 °
1,50 m / 1,20 m	180°
Equivalente a 1 círculo de 1,50 m	360°

Tabela 3

PLACAS SINALIZADORAS EM BRAILLE



Placas sinalizadoras em Braille



Mapas em Braille



Pisos tácteis –
borracha ou cimento

E - ILUSTRAÇÃO

Fonte : www.braille.com.br/produtos/placas/18.jpg .Acesso em 02 set. 2007.

**F -ALTURAS RECOMENDADAS PARA ACIONAMENTO DE ALGUNS
DISPOSITIVOS**

Dispositivos	Medida Máxima	Medida Mínima
Interruptor	1,00 m	0,80 m
Campainha manual	1,20 m	0,60 m
Tomada	1,15 m	0,40
Interfone	1,15 m	-
Quadro de Luz	1,15 m	-
Registro	1,00 m	-
Comando de Janela	1,15 m	0,40 m
Maçaneta de Porta	1,00 m	-

Tabela 5

Fonte Acessibilidade (2006)

G - ÁREAS PARA CIRCULAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS

Posição	Largura Mínima	Local	Circulação
Deslocamento em linha reta	0,80m 1,20m 1,50m	pelas portas e obstáculos fixos	1- transposição de uma cadeira de rodas 2- de uma pessoa e uma cadeira de roda 3- de duas cadeiras de rodas
Manobra de rotação sem deslocamento	área de 1,20m/1,20m área de 1,50m/1,20m		- rotação de 90 graus - rotação de 180 graus
Manobras de rotação com deslocamento	área ideal para a rotação é definida em função do raio necessário para efetua-la		

Tabela 6

H - ALCANCE MANUAL EM CADEIRA DE RODAS

Local	Medidas
Vista frontal com o braço estendido	- alcança 1,35 m – máximo - alcança 1,20 m - alcança 1,00 a 0,80 m – confortável - alcança 0,40 m – mínimo
Vista superior da cadeira de rodas	- com o tronco estendido – atinge 1,00 m - com o tronco normal – atinge 0,65 m
Vista frontal (braços abertos) na cadeira de rodas	- braços abertos - 1,37 m a 1,86 m de largura - com os braços elevados – 1,45 m
Alcance visual sentado na cadeira de rodas	- 1,15 m com 30 graus para cima e 30 graus para baixo

Tabela 7

Fonte Acessibilidade (2006)

I - ÁREA DE TRANSFERÊNCIA E APROXIMAÇÃO

Transposição de pessoa para o vaso sanitário:

Local	Área Transferência
Vaso sanitário	Frontal e lateral
Chuveiro	Lateral ao banco
Banheiro	Lateral
Lavatório (pia)	Aproximação frontal

Tabela 8



J. – ILUSTRAÇÃO

Fonte: Revista Educativa Sesinho – ANO 5 Nº 59

L – LISTA DAS 100 ESCOLAS ESTADUAIS
DE ARACAJU /SE

Escolas sem e com adaptações

ESCOLAS COM ADAPTAÇÕES:

(de acordo com informações da SEED-)

- Núcleo de Educação Unit
- Escola Estadual São Cristóvão
- Escola estadual São Lourenço
- Escola Estadual Olavo Bilac
- Escola Estadual General Siqueira
- Escola estadual João Kennedy
- Escola estadual José Ribeiro Filho
- Colégio Estadual Prof. Gonçalo Rollemberg
- Colégio Estadual Governador Augusto Franco
- Colégio Estadual Governador Albano Franco
- Unidade Pré-Escolar Mestre Euclides
- Colégio Estadual Barão de Mauá
- Centro de Referencia de E.J.A. Prof. Severino Uchoa

Escola Monte Sião

Logradouro: Rua João Ferreira Lima, 235

Bairro: Veneza

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3252-3653

Diretoria: DEA

N/

Escola Reunida Oratório Festivo São João Bosco

Logradouro: Av. Desembargador Maynard, 1276

Bairro: Cirurgia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4532

Diretoria: DEA

N/

Escola Salesiana de Ensino Fundamental São Domingos Sávio

Logradouro: RUA NOSSA SENHORA DAS DORES, 718

Bairro: Cirurgia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3214-5041

Diretoria: DEA

N/

Escola São José

Logradouro: AV SIMEAO SOBRAL,

Bairro: Santo Antônio

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 2150435

Diretoria: DEA

N/

Escolas Reunidas 8 de Maio

Logradouro: Rua M, Jardim Porto Dantas, S/N

Bairro: Porto Dantas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3453

Diretoria: DEA

N/

Escolinha São Tarcísio

Logradouro: Rua Thomaz Cruz, S/N

Bairro: Industrial

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-5424

Diretoria: DEA

N/

Inst. Educacional Santa Terezinha do Menino Jesus

Logradouro: Rua Aquidabã, 313

Bairro: Pereira Lobo

Município: Aracaju

Zona: Rural

Telefone: 3179-3677

Diretoria: DEA

N/

Instituto de Educação Ruy Barbosa

Logradouro: RUA LARANJEIRAS,

Bairro: Getúlio Vargas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3211-0332

Diretoria: DEA

N/

Jardim de Infância Augusto Maynard

Logradouro: Rua Dom José Thomáz, 106

Bairro: Centro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4226

Diretoria: DEA

N/

Jardim de Infância Euvaldo D. Gonçalves C. Doméstica

Logradouro: Pça. da Bandeira, 70

Bairro: Cirurgia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3214-9249

Diretoria: DEA

Núcleo de Educação Unit

Logradouro: Av. João Rodrigues, 200

Bairro: Industrial

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3215-5143

Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual São Cristóvão

Logradouro: Rua Cordeiro Morais, S/N

Bairro: Grageru

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4035

Diretoria: DEA

Escola Estadual São Francisco de Assis

Logradouro: Av. Edézio Vieira de Melo, 585

Bairro: Pereira Lobo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4531

Diretoria: DEA

Escola Estadual São Lourenço

Logradouro: Av. Heráclito Rollemberg, Sítio Taboado, S/N

Bairro: Farolândia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3248-1712

Diretoria: DEA

Escola Estadual Sen. Leite Neto

Logradouro: Rua Humberto Pinto, S/N

Bairro: Grageru

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4032

Diretoria: DEA

Escola Estadual Sen. Lourival Fontes

Logradouro: Pça. Siqueira de Menezes, S/N

Bairro: Santo Antônio

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3450

Diretoria: DEA

Escola Estadual Zizinha Guimarães

Logradouro: Rua Riachão, 1270

Bairro: Cirurgia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3214-3214

Diretoria: DEA

Escola Estadual Dr. Manoel Luiz

Logradouro: Av. Pedro Calazans, 1185

Bairro: Centro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3676

Diretoria: DEA

Escola Estadual Monsenhor Carlos Camélio Costa

Logradouro: Rua Alagoas, S/N

Bairro: José Conrado Araújo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2270

Diretoria: DEA

Escola Frei Esmeraldo Silva de Menezes

Logradouro: RUA C, 280

Bairro: José Conrado Araújo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 2418874

Diretoria: DEA

Escola Isolada Manoel Dionízio de Santana

Logradouro: Povoado Gameleira, S/N

Bairro: Atalaia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3227-1100

Diretoria: DEA

Escola Maternal Raio de Sol

Logradouro: Rua Frei Paulo, 682

Bairro: Suissa

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3214-4849

Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Manoel Franco Freire

Logradouro: R PROF MANOEL F FREIRE CJ JK,

Bairro: Jabotiana

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2918

Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Ruy Eloy

Logradouro: Av. Maranhão, S/N

Bairro: Matadouro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2273

Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Valmir Chagas

Logradouro: Rua Itabaiana, 313

Bairro: Centro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3211-3308

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Alba Moreira

Logradouro: Av. Augusto Maynard, 189

Bairro: São José

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7586

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª áurea Melo

Logradouro: Av. Carlos Marques, S/N

Bairro: Soledade

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3245-6539

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Judite Oliveira

Logradouro: Rua J, Conj. Orlando Dantas, S/N

Bairro: São Conrado

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-1724

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Lucila Moraes Chaves

Logradouro: Pça. Osvaldo Mendonça, S/N

Bairro: Matadouro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3250

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Myriam de Oliveira Santos Melo

Logradouro: Rua Raimundo Fonseca, Praia 13 de julho, S/N

Bairro: 13 de Julho

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4209

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Ofenísia S. Freire

Logradouro: Rua M, Conj. Augusto Franco, S/N

Bairro: Farolândia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4607

Diretoria: DEA

Escola Estadual Profª Geraldo Oliveira

Logradouro: Av. Augusto Franco, S/N

Bairro: Getúlio Vargas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3259-2649/3259-2138

Diretoria: DEA

Escola Estadual Rodrigues Dórea

Logradouro: Rua Espírito Santo, 251

Bairro: Siqueira Campos

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-5038

Diretoria: DEA

Bairro: Industrial
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3431
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Monteiro Lobato

Logradouro: Pça Aloísio de Campos, S/N

Bairro: Inácio Barbosa

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7340
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Olevio Bilac

Logradouro: Rua Sargento Brasiliano, S/N

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3903
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Olímpia Bittencourt

Logradouro: Rua Roberto Moraes, 349

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3901
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Paulino Nascimento

Logradouro: Povoado Robalo, S/N

Bairro: Atalaia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2523
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Poeta Garcia Rosa

Logradouro: Rua Dr Canuto Garcia Moreno, 11

Bairro: Ponto Novo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4038
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Prof. Acrísio Cruz

Logradouro: Av. Maranhão, S/N

Bairro: Siqueira Campos

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2639
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Prof. André Mesquita Medeiros

Logradouro: Rua B-16, Conj. Antônio Carlos Valadares, 45

Bairro: Santa Maria

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4611
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Prof. Artur Fortes

Logradouro: Pça. Pedro Diniz Gonçalves Filho, S/N

Bairro: Inácio Barbosa

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7341
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Prof. Francisco Portugal

Logradouro: Pça. Major Edeltrudes Teles, Cj A Franco, S/N

Bairro: Farolândia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4608
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Prof. Joaquim Vieira Sobral

Logradouro: Rua F, Conj J.K, S/N

Bairro: Jabotiana

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2917
Diretoria: DEA

N/

Bairro: Industrial
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3431
Diretoria: DEA

Escola Estadual Monteiro Lobato

Logradouro: Pça Aloísio de Campos, S/N

Bairro: Inácio Barbosa

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7340
Diretoria: DEA

Escola Estadual Olavo Bilac

Logradouro: Rua Sargento Brasiliano, S/N

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3903
Diretoria: DEA

Escola Estadual Olímpia Bittencourt

Logradouro: Rua Roberto Moraes, 349

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3901
Diretoria: DEA

Escola Estadual Paulino Nascimento

Logradouro: Povoado Robalo, S/N

Bairro: Atalaia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2523
Diretoria: DEA

Escola Estadual Poeta Garcia Rosa

Logradouro: Rua Dr Canuto Garcia Moreno, 11

Bairro: Ponto Novo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4038
Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Acrísio Cruz

Logradouro: Av. Maranhão, S/N

Bairro: Siqueira Campos

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2639
Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. André Mesquita Medeiros

Logradouro: Rua B-16, Conj. Antônio Carlos Valadares, 45

Bairro: Santa Maria

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4611
Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Artur Fortes

Logradouro: Pça. Pedro Diniz Gonçalves Filho, S/N

Bairro: Inácio Barbosa

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7341
Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Francisco Portugal

Logradouro: Pça. Major Edeltrudes Teles, Cj A Franco, S/N

Bairro: Farolândia

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4608
Diretoria: DEA

Escola Estadual Prof. Joaquim Vieira Sobral

Logradouro: Rua F, Conj J.K, S/N

Bairro: Jabotiana

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2917
Diretoria: DEA

Bairro: Farolândia
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4606
Diretoria: DEA

Escola Estadual Embaixador Bilac Pinto

Logradouro: Rua Nestor Sampaio, Conj Castelo Branco, S/N

Bairro: Ponto Novo

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7759
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual General Siqueira

Logradouro: Rua Sergipe, S/N

Bairro: Siqueira Campos

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2274
Diretoria: DEA

Escola Estadual General Valadão

Logradouro: Av. Carlos Buriamarque, 488

Bairro: Centro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-1797
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual João Paulo II

Logradouro: R S FRANCISCO ALTO DA JAQUEIRA, 6

Bairro: Cidade Nova

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-5426
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual John Kennedy

Logradouro: RUA DOS ESTUDANTES,

Bairro: Getúlio Vargas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3673
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Jornalista Paulo Costa

Logradouro: Av. Centenário, CEP: 49090-010, S/N

Bairro: Matadouro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3252-2338
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual José Augusto Ferraz

Logradouro: Av. João Rodrigues, 128

Bairro: Industrial

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3452
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual José da Silva Ribeiro Filho

Logradouro: SARGENTO BRASILIANO,

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3900
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual José de Alencar Cardoso

Logradouro: Rua O, Conj Assis Chateaubriand, S/N

Bairro: Bugio

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3265
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Lourival Baptista

Logradouro: Av. São João Batista, Conj. Castelo Branco, S/N

Bairro: Jabotiana

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7758
Diretoria: DEA

N/

Escola Estadual Min. Geraldo Barreto Sobral Cric

Logradouro: Rua São João, S/N

Logradouro: Rua dos Estudantes, S/N		Telefone: 3179-3675	3179-3675
Bairro: Getúlio Vargas		Diretoria: DEA	N/
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual 17 de Março			
Logradouro: Rua Muribeca, S/N		Telefone: 3179-3421	N/
Bairro: Santo Antônio		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual 24 de Outubro			
Logradouro: Av. Visconde de Maracaju, 388		Telefone: 3179-2638	N/
Bairro: 18 do Forte		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual 8 de Julho			
Logradouro: Rua Cel. Américo Batalha, S/N		Telefone: 3179-7760	N/
Bairro: Ponto Novo		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Alceu Amoroso Lima			
Logradouro: Av. José M. Prudente, CEP: 49037-020, S/N		Telefone: 3179-4612	N/
Bairro: Santa Tereza		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Benedito Oliveira			
Logradouro: Rua 10, Conj Orlando Dantas, S/N		Telefone: 3179-1723	N/
Bairro: São Conrado		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Cel Francisco de Souza Porto			
Logradouro: Rua Argentina, CEP: 49080-080, S/N		Telefone: 3179-7762	
Bairro: América		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Clodoaldo de Alencar			
Logradouro: Rua Santa Terezinha, S/N		Telefone: 3179-3455	
Bairro: Cidade Nova		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Coelho Neto			
Logradouro: Rua Daniel Menezes, 171		Telefone: 3179-4610	
Bairro: Santa Maria		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Desemb. João Bosco de Andrade Lima			
Logradouro: Av. Centenário, Conj A. Chateaubriand, S/N		Telefone: 3179-3252	
Bairro: Bugio		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Dom José Vicente Távora			
Logradouro: Rua Haiti, CEP: 49082-300, S/N		Telefone: 3179-1350	
Bairro: América		Diretoria: DEA	
Município: Aracaju	Zona: Urbana		
Escola Estadual Drª Maria do Carmo Alves			

Logradouro: Rua Dep. Matos Teles, Conj. Médici II,
Bairro: Luzia
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4037
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Prof. Arício Fortes

Logradouro: Av. Camilo Caiazans, cep : 49082-090,
Bairro: América
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7761
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Prof. Gonzalo Rollemberg Leite

Logradouro: Rua Urquiza Leal, 1675
Bairro: Grageru
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4031
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Santos Dumont

Logradouro: Avenida Sen. Júlio Leite, CEP:49037-580, S/N
Bairro: Atalaia
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4604
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Senador José Alves do Nascimento

Logradouro: Avenida Gen. Euclides Figueiredo, S/N
Bairro: Centro
Município: Aracaju

Zona: Rural

Telefone: 3179-5429
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Tobias Barreto

Logradouro: Rua Pacatuba, 288
Bairro: Centro
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4207
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Vitória de Santa Maria

Logradouro: Bairro Santa Maria,
Bairro: São José
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone:
Diretoria: DEA

Conservatório de Música de Sergipe

Logradouro: Rua Boquim, S/N
Bairro: Centro
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-1875
Diretoria: DEA

Escola da Casa da Doméstica. D. J. V. Távora

Logradouro: RUA SIRIRI, 684
Bairro: Centro
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone:
Diretoria: DEA

Escola de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior

Logradouro: Rua Humberto pinto, S/N
Bairro: Grageru
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4034
Diretoria: DEA

Escola Estadual 11 de Agosto

Logradouro: Rua Gararu, 185
Bairro: Getúlio Vargas
Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3675
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Governador Djenal Tavares de Queiróz
Logradouro: Rua Zaqueu Brandão, 92
Bairro: São José
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-4227
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Governador João Alves Filho
Logradouro: Rua Terêncio Sampaio, s/n,
Bairro: Saigado Filho
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-4030
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Governador Valadares
Logradouro: Av. Visconde de Maracajú, 602
Bairro: 18 do Forte
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-2637
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Jackson de Figueirêdo
Logradouro: Parque Teófilo Dantas, CEP : 49010-040,
Bairro: Centro
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-4208
Diretoria: DEA

Colégio Estadual José Rollemberg Leite
Logradouro: Rua Natal, s/n,
Bairro: José Conrado Araújo
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-2275
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Leandro Maciel
Logradouro: Trav. 11 de Agosto, Conj. Castelo Branco,
Bairro: Ponto Novo
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-7756
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Leonor Teles de Menezes
Logradouro: POVOADO MOSQUEIRO,
Bairro: Mosqueiro
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-2522
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Min. Marco Maciel
Logradouro: Av. Visconde de Maracaju, s/n,
Bairro: 18 do Forte
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-3902
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela
Logradouro: Rua E - 5, s/n, Conj. Augusto Franco,
Bairro: Centro
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-3095
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Pres. Castelo Branco
Logradouro: Rua Luiz Moura, s/n,
Bairro: Industrial
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-3424
Diretoria: DEA

Colégio Estadual Presidente Costa e Silva
Logradouro: Av. Augusto Franco, s/n,
Bairro: Getúlio Vargas
Município: Aracaju
Zona: Urbana
Telefone: 3179-4530
Diretoria: DEA

Logradouro: Pça. Osvaldo Mendonça, cep: 49.035-000,

Bairro: Bugio

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3253 N ex. 11

Diretoria: DEA

Centro de Referência de E.J.A Prof.º Severino Uchôa".

Logradouro: RUA DOS ESTUDANTES,

Bairro: Getúlio Vargas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3674 E

Diretoria: DEA

Centro de Referência Em Educação Especial

Logradouro: RUA DOM BOSCO, 12070

Bairro: Centro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3674

Diretoria: DEA

Centro Educacional Alciniho

Logradouro: Av. Alexandro Alcino, 67

Bairro: Santa Maria

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3248-4320

Diretoria: DEA

Centro Educacional Bem Me Quer do Amanhã Fells

Logradouro: Rua São Cristovão, 1789

Bairro: Getúlio Vargas

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-4224

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Atheneu Sergipense

Logradouro: LARGO GRACCHO CARDOSO,

Bairro: São José

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-2023

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Barão de Mauá

Logradouro: Rua 2, s/n, Conjunto Oriando Dantas,

Bairro: São Conrado

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-1722 R

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte

Logradouro: Rua Itabaiana, s/n,

Bairro: São José

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-1874 N/

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Dr. Francisco Rosa Santos

Logradouro: Av. Poço do Mero, Conj. A Chateaubriand,

Bairro: Matadouro

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3251 N/

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Governador Albano Franco

Logradouro: Tv. 21, S/N, Conj. Padre Pedro,

Bairro: Santa Maria

Município: Aracaju

Zona: Rural

Telefone: 3179-4609 R

Diretoria: DEA

Colégio Estadual Governador Augusto Franco

Logradouro: Rua Jackson de Figueiredo, s/n,

Bairro: Santos Dumont

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-3902 E

Diretoria: DEA

Unidade Pré- Escolar Mestre Euclides

Logradouro: Rua Haiti, S/N

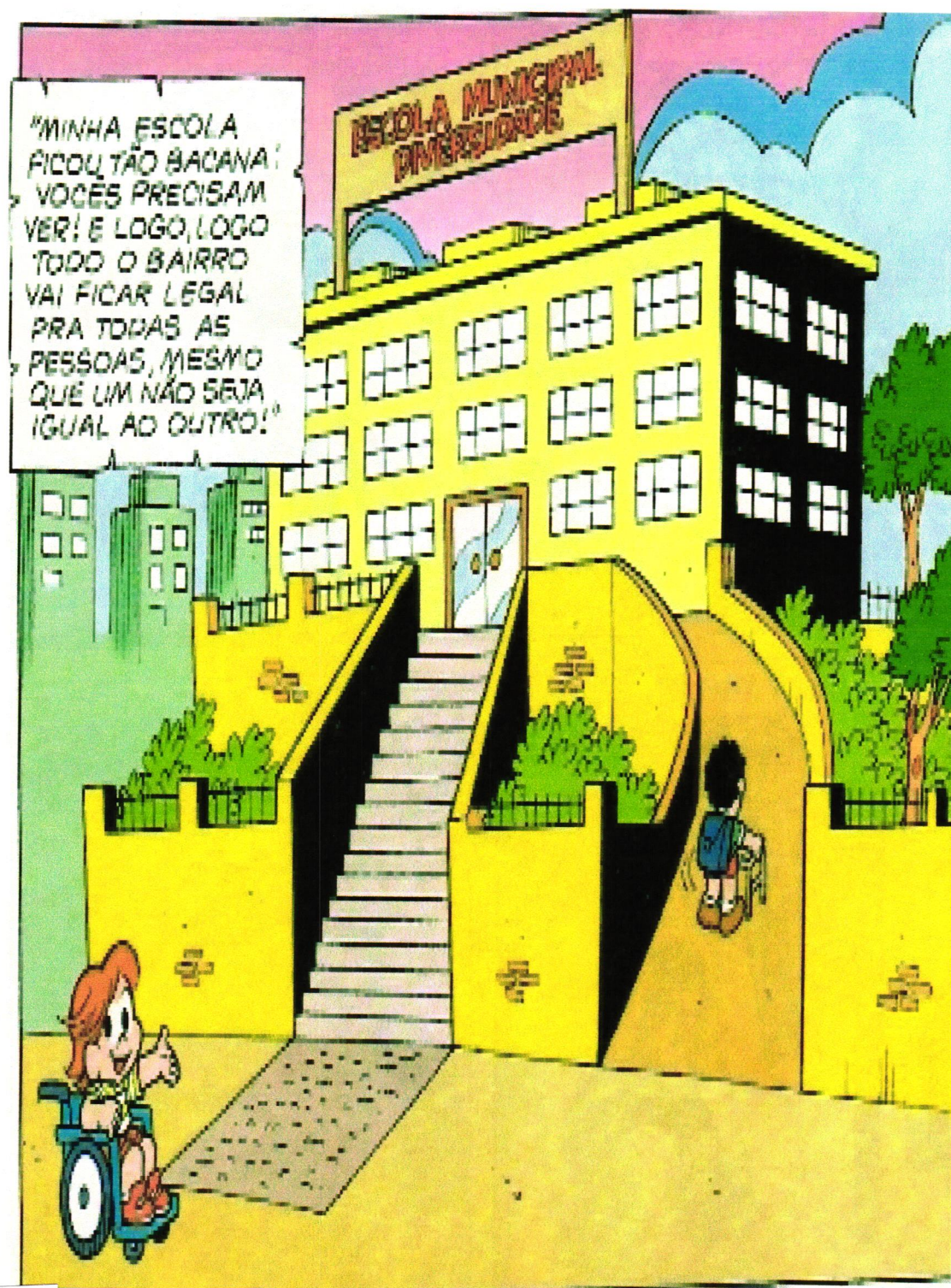
Bairro: América

Município: Aracaju

Zona: Urbana

Telefone: 3179-7757

Diretoria: DEA



M- ILUSTRAÇÃO

. Fonte: Revista Educativa: A turma da Mônica –Acessibilidade – Editora Mauricio de Sousa.

N -FOTOS ; **ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO II**
COMPLEXO EDUCACIONAL VITORIA DE SANTA MARIA
BAIRRO SANTA MARIA

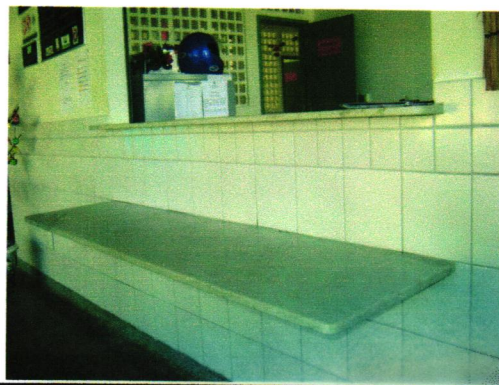
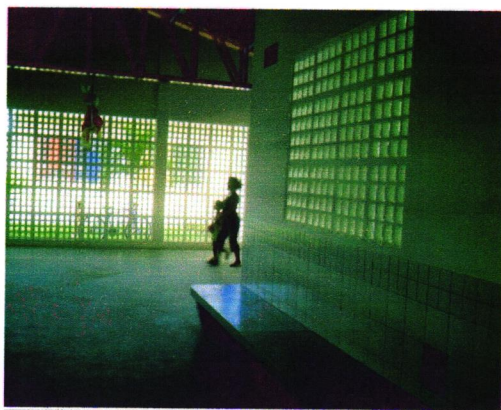
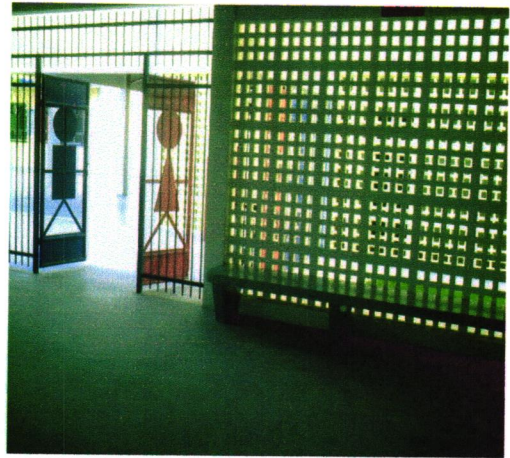


ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO II

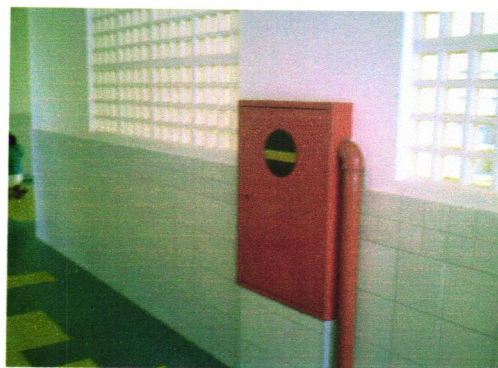
ENTRADA DA ESCOLA



SECRETARIA DA ESCOLA

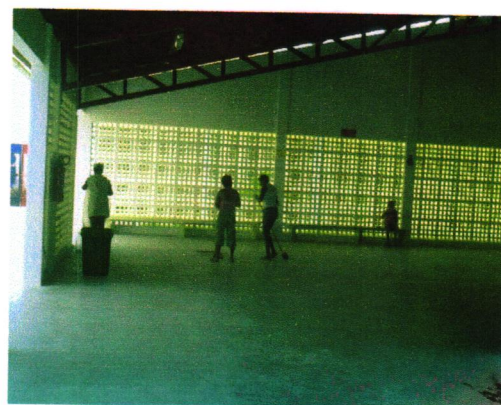


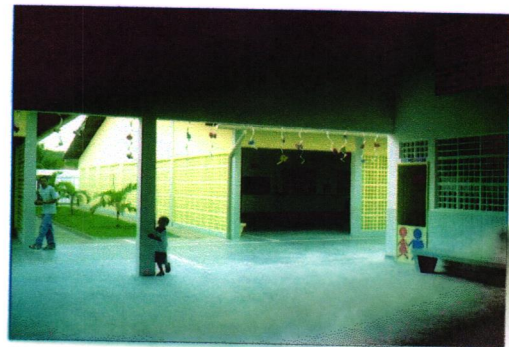
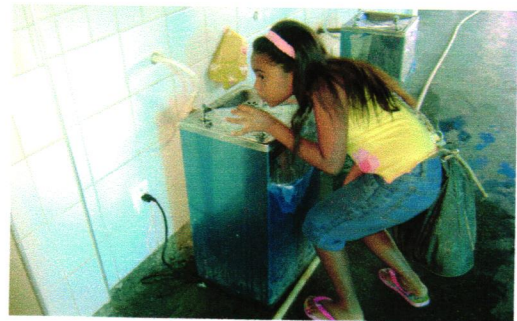
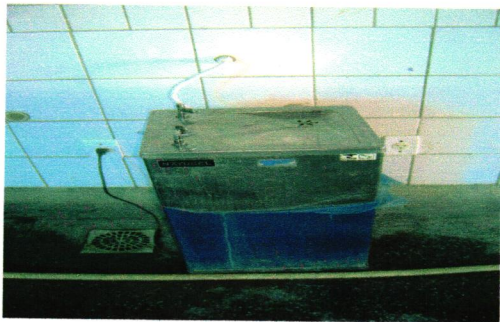
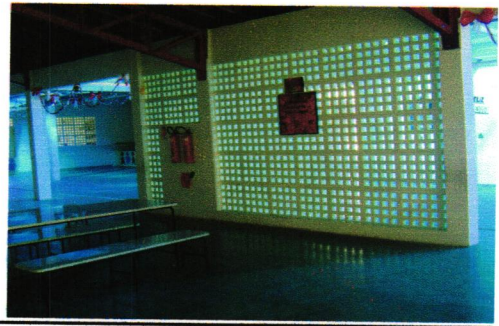
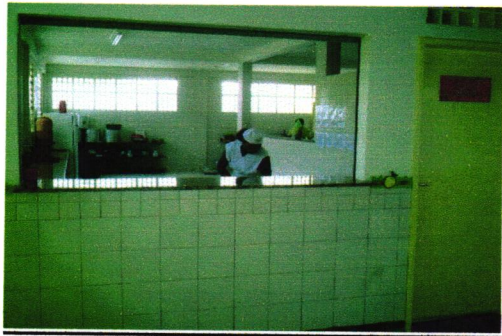
AREA INTERNA NA ESCOLA

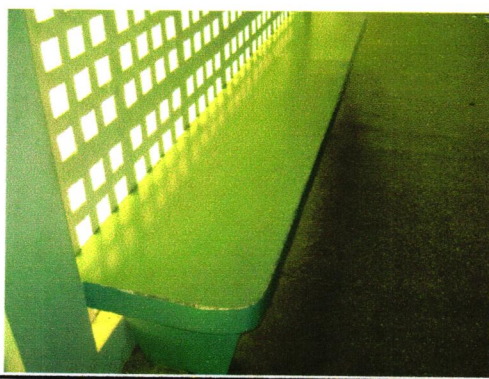
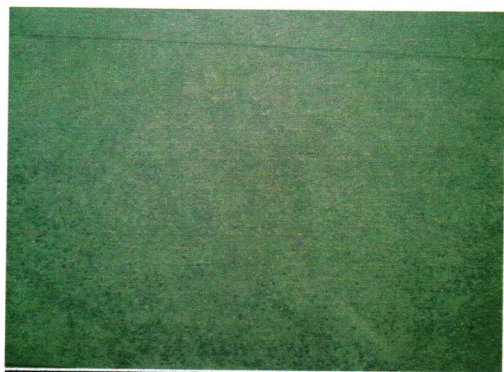


PÁTIO INTERNO DA ESCOLA

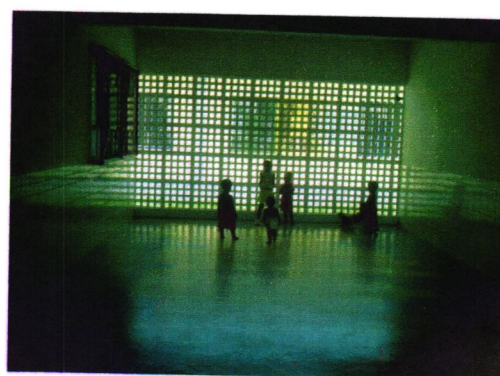
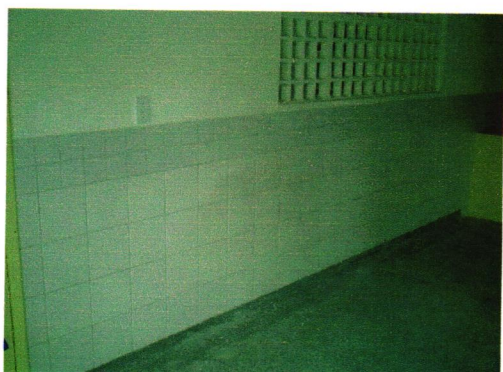
REFEITORIO

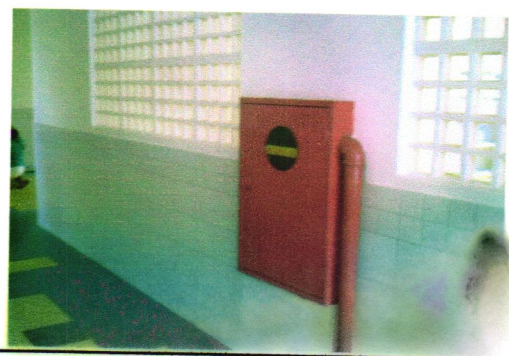
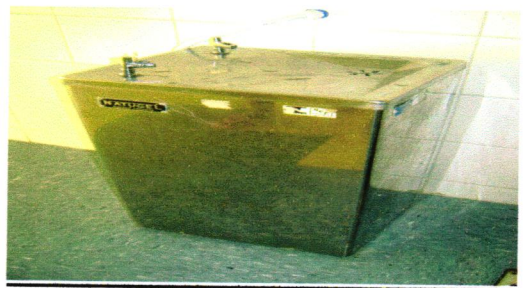
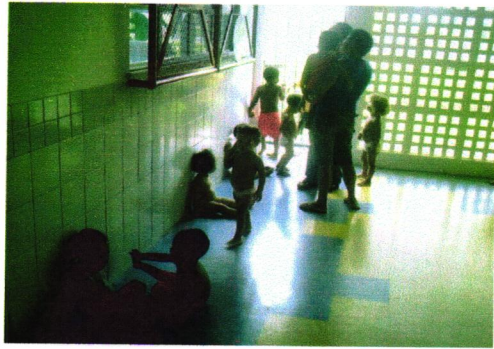


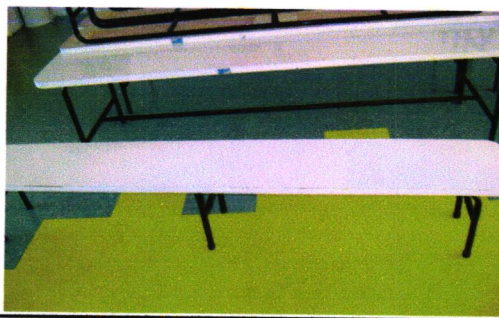




ENTRADA DA CRECHE





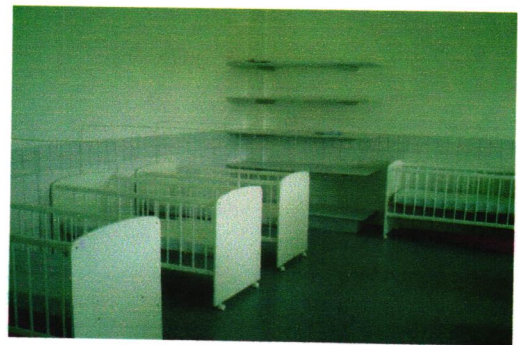
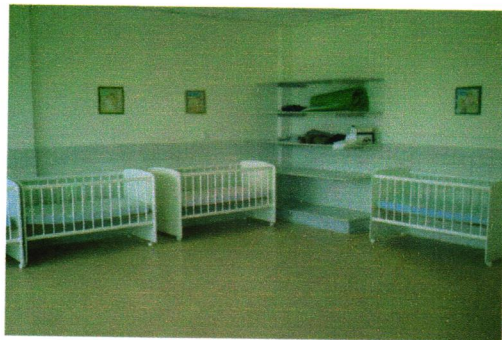
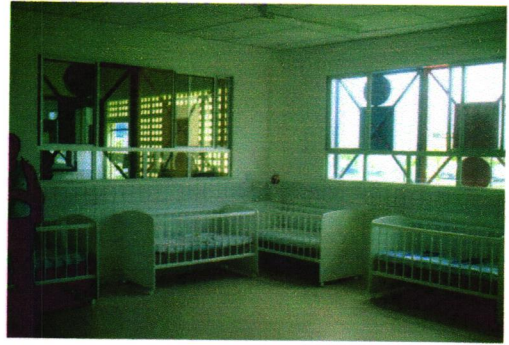
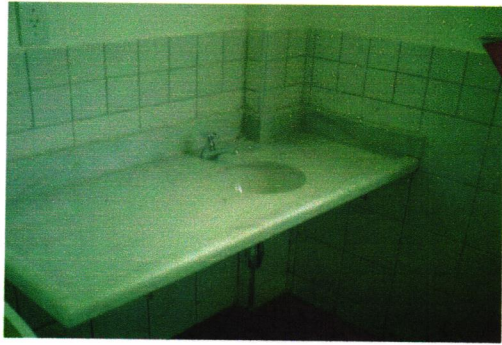


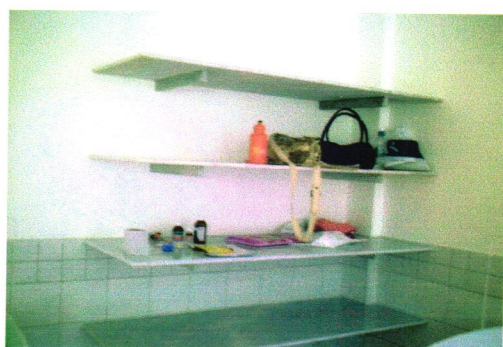
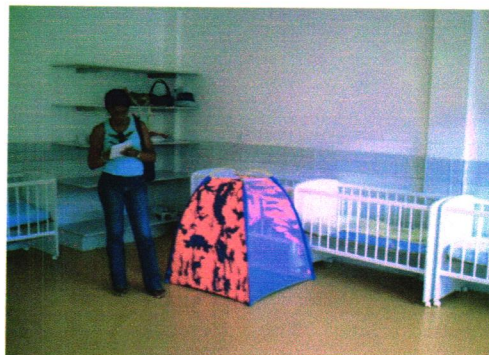
BERÇÁRIO
0 A 1 Ano
SEPLAN
Secretaria Municipal de Planejamento

BERÇÁRIO
2 Anos
Conselho Tutelar do Distrito

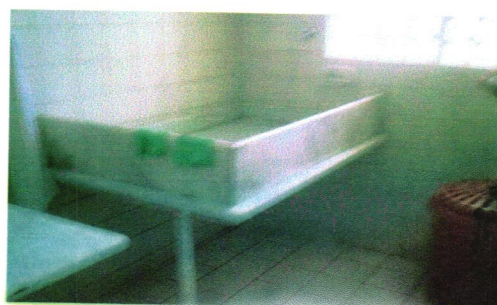
BERCARIOS

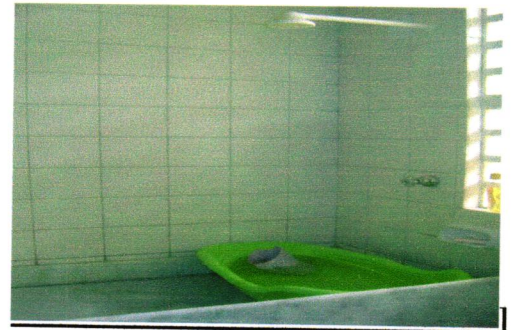
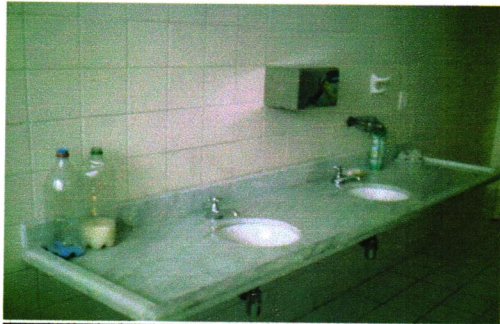
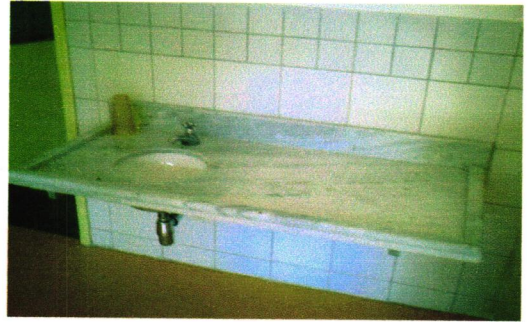


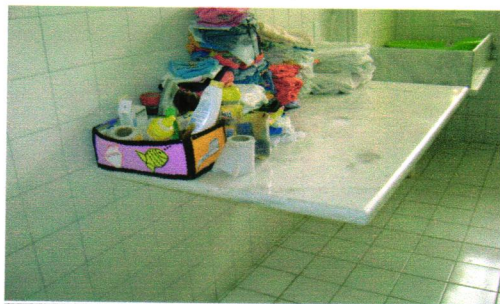




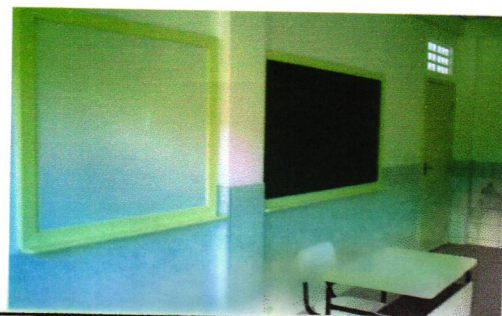
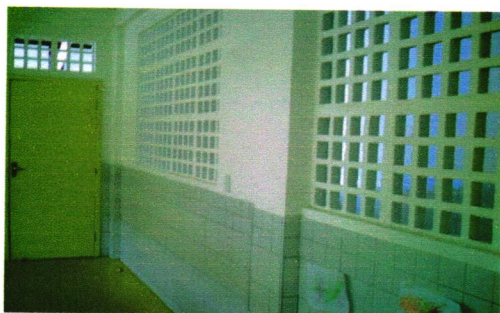
BANHEIRO COM BANHEIRA DA CRECHE

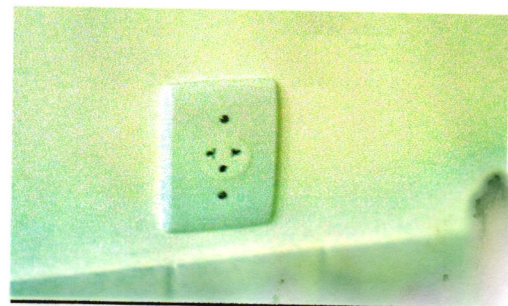
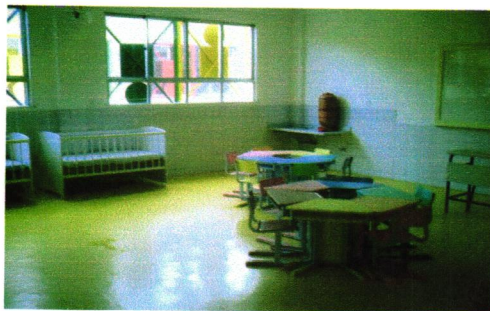
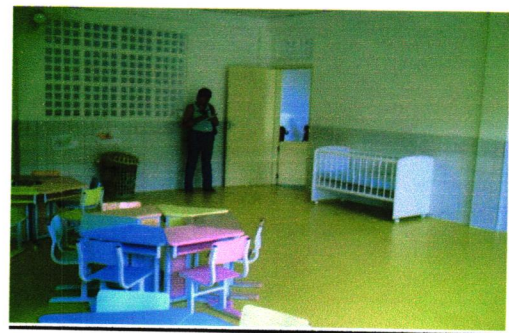
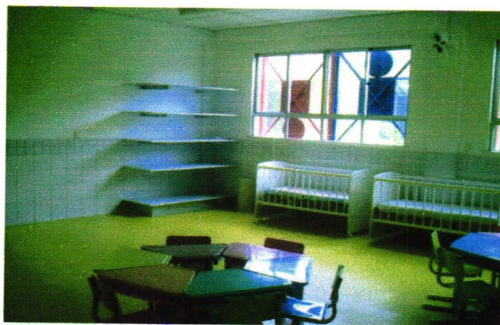
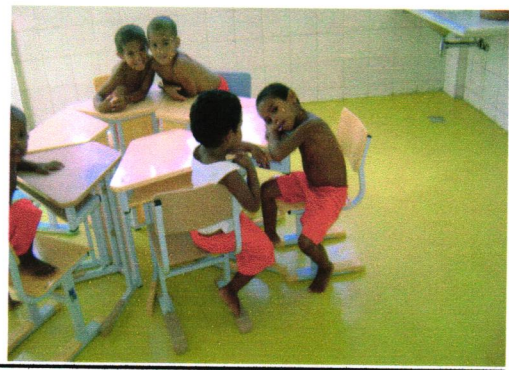
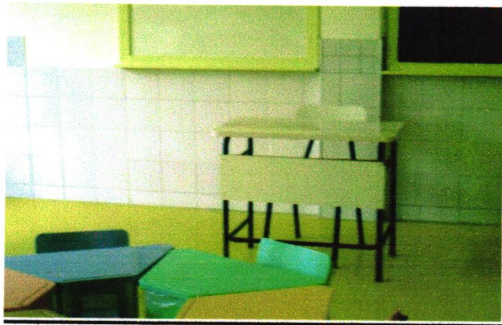


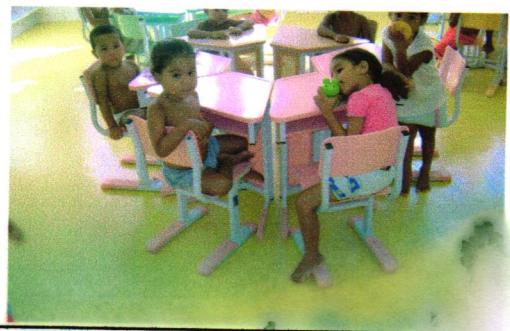
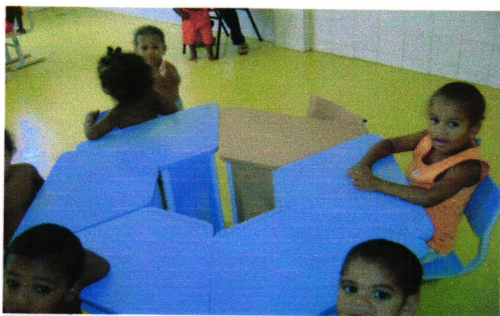
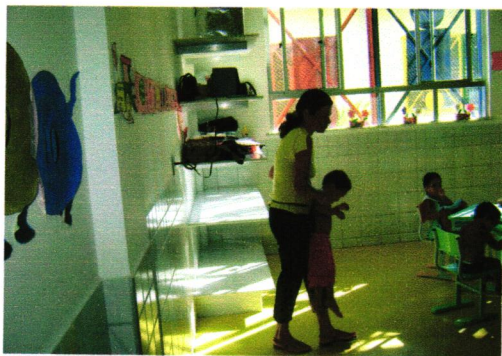
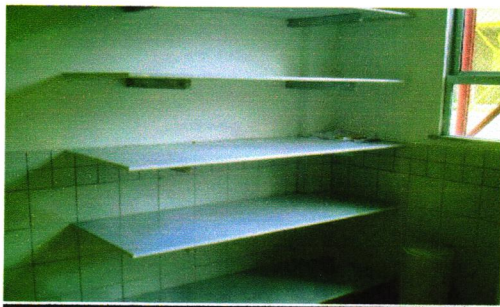
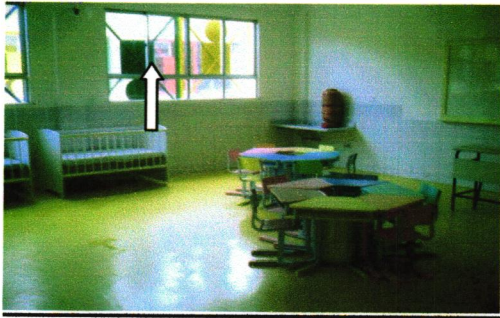




SALA DE ATIVIDADE (na creche)





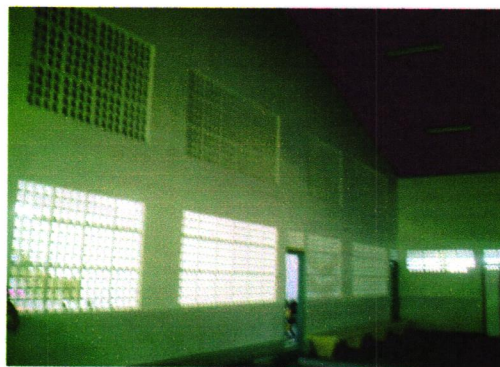
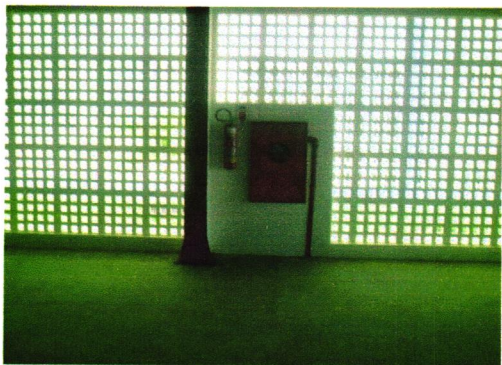


PLACAS SINALIZADORAS



PÁTIO EXTERNO DA SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL





BANHEIRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL



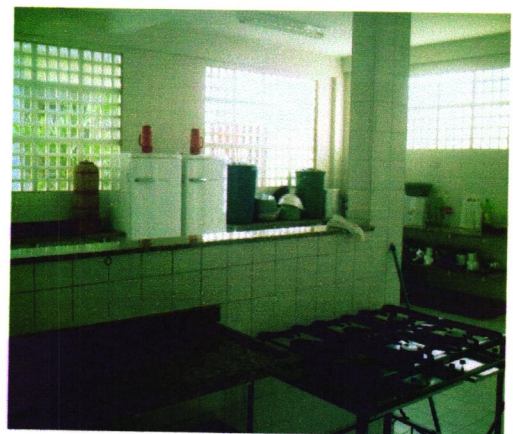


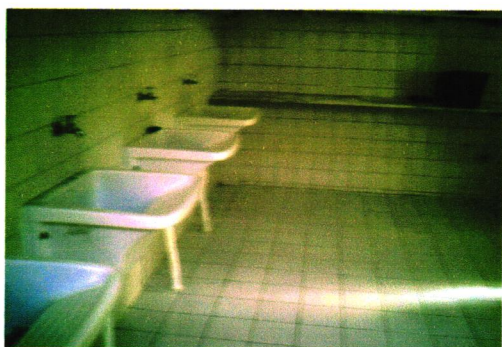
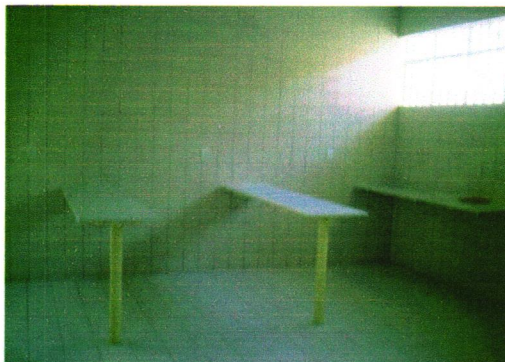
SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL





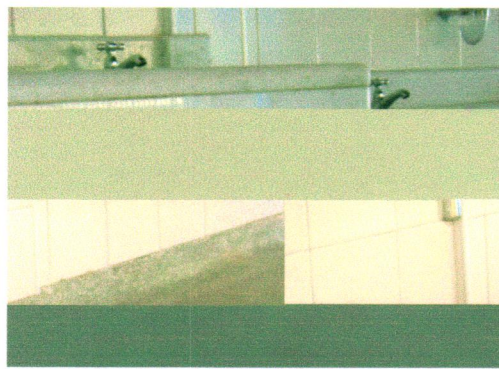
COZINHA ,LACTARIO E LAVANDERIA



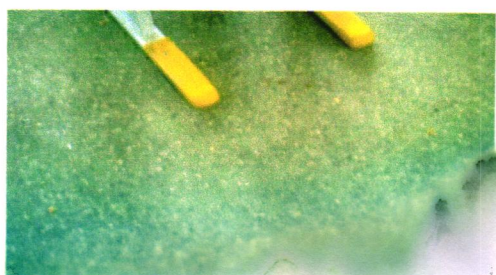
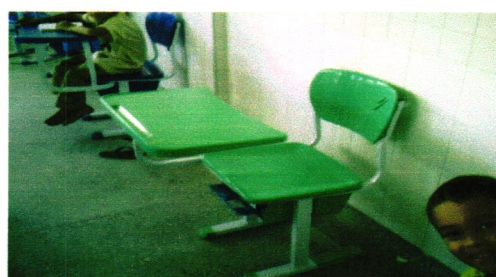
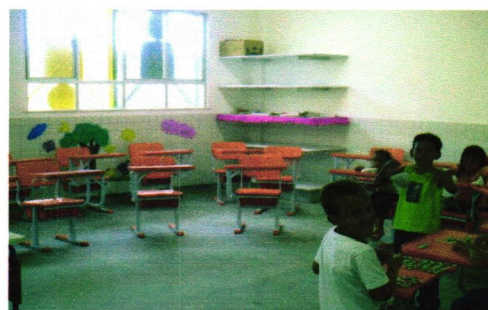


ESCOVODROMO



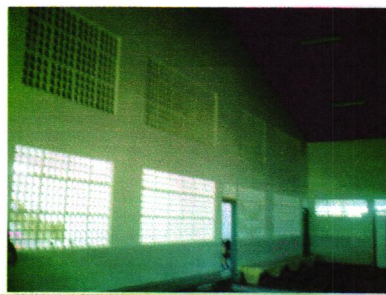
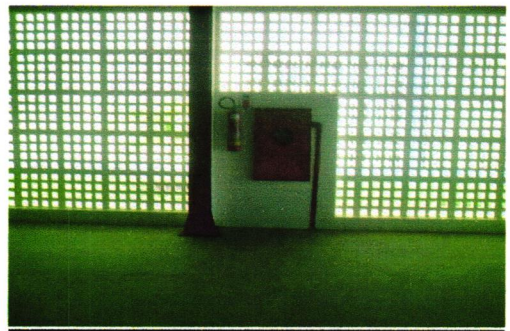
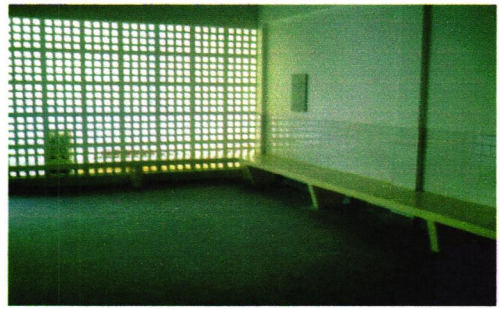
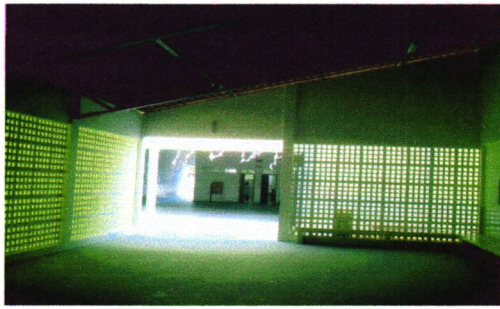


SALAS DO ENSINO FUNDAMENTAL





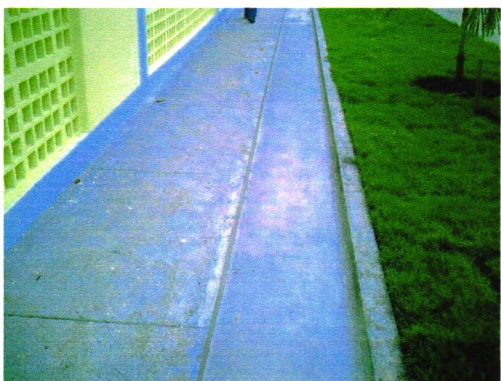
PÁTIO EXTERNO DA SALA DO ENSINO FUNDAMENTAL

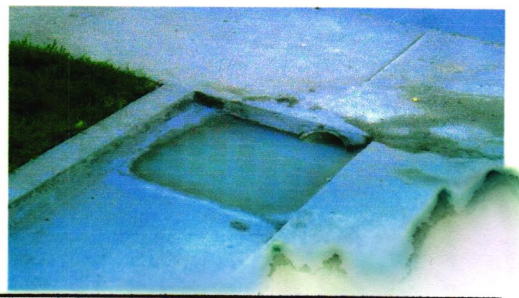
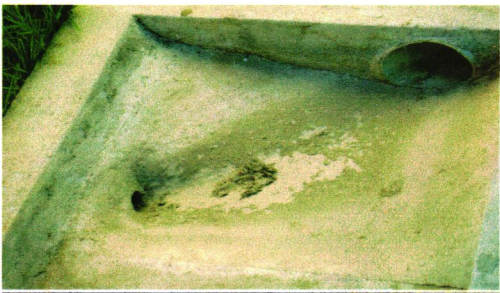
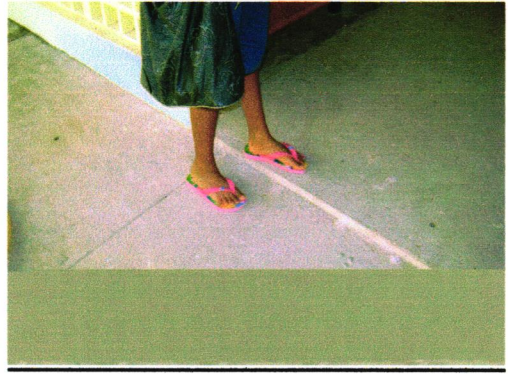


BANHEIRO DO ENSINO FUNDAMENTAL

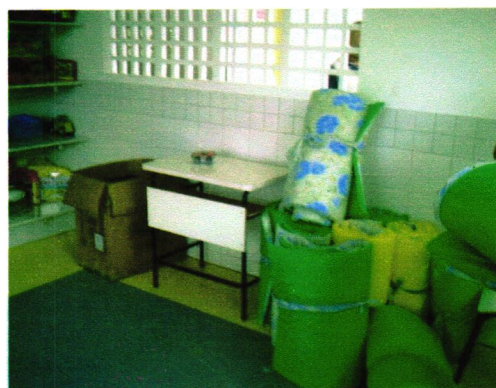
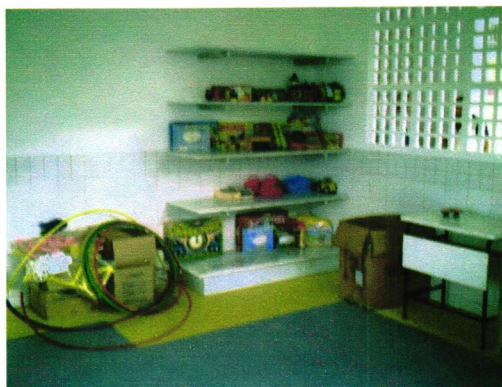
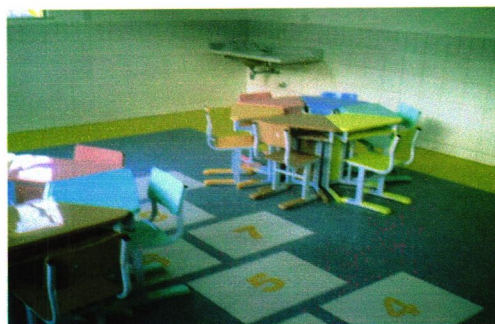


AREA LIVRE DA ESCOLA



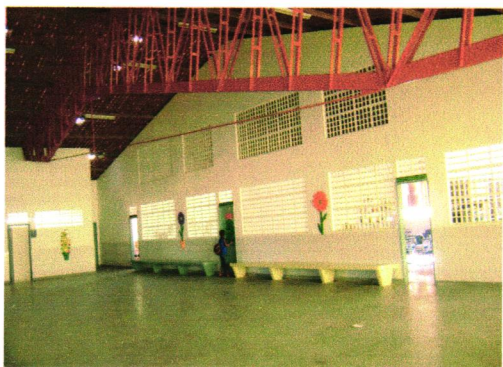


BRINQUEDOTECA



PARTE COBERTA

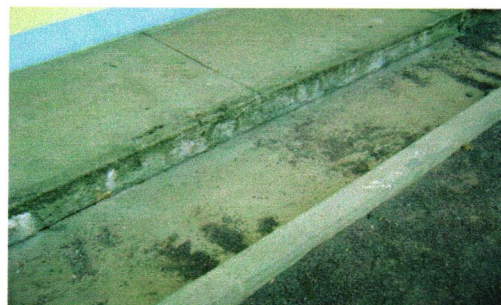
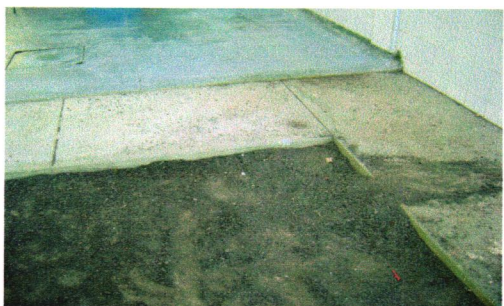




HORTA



PARQUE INFANTIL

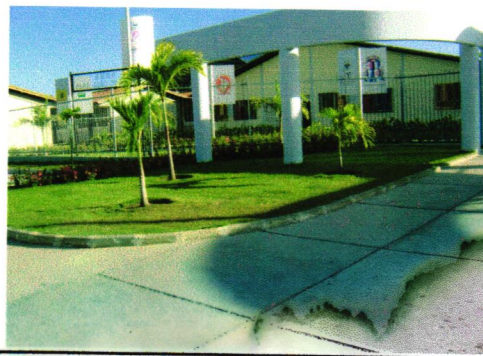
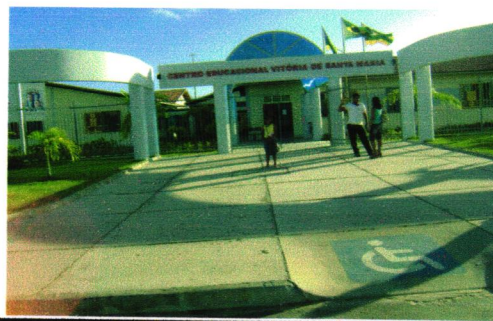




SALA DOS PROFESSORES



ESTACIONAMENTO



SÍMBOLOS UTILIZADOS PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.



Símbolo da Pessoa com Deficiência Auditiva



Símbolo da Pessoa com Paralisia Cerebral



Símbolo da pessoa com Deficiência Física (muleta).



Símbolo da Pessoa com Deficiência Visual



Símbolo da pessoa com Deficiência Física (cadeira de rodas)

O – ILUSTRAÇÃO

Fonte: Revista “A turma do Duda: uma galera especial”,